



DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

Presidência da República

Decreto do Presidente da República n.º 34/2004:

Ratifica a Convenção entre a República Portuguesa e a República da Eslovénia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e o Património e seu Protocolo Adicional, assinados em Liubliana em 5 de Março de 2003

4168

Assembleia da República

Resolução da Assembleia da República n.º 48/2004:

Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e a República da Eslovénia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e o Património e seu Protocolo Adicional, assinados em Liubliana em 5 de Março de 2003

4168

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Decreto do Presidente da República n.º 34/2004 de 10 de Julho

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea b), da Constituição, o seguinte:

São ratificados a Convenção entre a República Portuguesa e a República da Eslovénia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e o Património e seu Protocolo Adicional, assinados em Liubliana em 5 de Março de 2003, aprovados pela Resolução da Assembleia da República n.º 48/2004, em 13 de Maio de 2003.

Assinado em 22 de Junho de 2004.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 23 de Junho de 2004.

O Primeiro-Ministro, *José Manuel Durão Barroso*.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Resolução da Assembleia da República n.º 48/2004

Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e a República da Eslovénia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e o Património e seu Protocolo Adicional, assinados em Liubliana em 5 de Março de 2003.

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea i) do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição da República Portuguesa, aprovar a Convenção entre a República Portuguesa e a República da Eslovénia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e o Património e seu Protocolo Adicional, assinados em Liubliana em 5 de Março de 2003, cujo texto, nas versões autênticas nas línguas portuguesa, eslovena e inglesa, se publica em anexo.

Aprovada em 13 de Maio de 2004.

O Presidente da Assembleia da República, *João Bosco Mota Amaral*.

CONVENÇÃO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E A REPÚBLICA DA ESLOVÉNIA PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO E PREVENIR A EVASÃO FISCAL EM MATÉRIA DE IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO E O PATRIMÓNIO.

A República Portuguesa e a República da Eslovénia, desejando concluir uma convenção para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento e sobre o património, acordaram no seguinte:

CAPÍTULO I

Âmbito de aplicação da Convenção

Artigo 1.º

Pessoas visadas

Esta Convenção aplica-se às pessoas residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

Artigo 2.º

Impostos visados

1 — Esta Convenção aplica-se aos impostos sobre o rendimento e sobre o património exigidos por cada um dos Estados Contratantes, suas subdivisões políticas ou administrativas e suas autarquias locais, independentemente da sistema usado para a sua cobrança.

2 — São considerados impostos sobre o rendimento e sobre o património todos os impostos incidentes sobre o rendimento total, sobre a totalidade do património ou sobre parcelas do rendimento ou do património, incluídos os impostos sobre os ganhos derivados da alienação de bens mobiliários ou imobiliários, os impostos sobre o montante global dos salários pagos pelas empresas, bem como os impostos sobre as mais-valias.

3 — Os impostos actuais a que esta Convenção se aplica são, nomeadamente:

a) Relativamente a Portugal:

- i) O imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS);
- ii) O imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC); e
- iii) O imposto local sobre o imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (derama);

(a seguir referidos pela designação «imposto português»);

b) Relativamente à Eslovénia:

- i) O imposto sobre o rendimento das pessoas jurídicas;
- ii) O imposto sobre o rendimento das pessoas singulares;
- iii) O imposto sobre o património;

(a seguir referidos pela designação «imposto esloveno»).

4 — A Convenção será também aplicável aos impostos de natureza idêntica ou similar que entrem em vigor posteriormente à data da assinatura da Convenção e que venham a acrescer aos actuais ou a substituí-los. As autoridades competentes dos Estados Contratantes comunicarão uma à outra todas as modificações importantes introduzidas nas respectivas legislações fiscais.

CAPÍTULO II

Definições

Artigo 3.º

Definições gerais

1 — Para efeitos desta Convenção, a não ser que o contexto exija interpretação diferente:

- a) O termo «Portugal» compreende o território da República Portuguesa situado no continente europeu, os arquipélagos dos Açores e da Madeira, as águas interiores e o respectivo mar territorial, bem como a plataforma continental e qualquer outro espaço onde o Estado Português exerça direitos de soberania ou jurisdição segundo as normas de direito internacional;
- b) O termo «Eslovénia» compreende a República da Eslovénia e, quando utilizado em sentido geográfico, o território da Eslovénia, incluindo

a área marítima, o leito do mar e o subsolo adjacente ao mar territorial, sobre os quais a Eslovénia possa exercer os seus direitos de soberania e jurisdição em conformidade com o direito internacional;

- c) As expressões «um Estado Contratante» e «o outro Estado Contratante» significam Portugal ou a Eslovénia, consoante resulte do contexto;
- d) O termo «pessoa» compreende uma pessoa singular, uma sociedade e qualquer outro agrupamento de pessoas;
- e) O termo «sociedade» significa qualquer pessoa colectiva ou qualquer entidade que seja tratada como pessoa colectiva para fins tributários;
- f) As expressões «empresa de um Estado Contratante» e «empresa do outro Estado Contratante» significam, respectivamente, uma empresa explorada por um residente de um Estado Contratante e uma empresa explorada por um residente do outro Estado Contratante;
- g) A expressão «tráfego internacional» significa qualquer transporte por navio ou aeronave explorado por uma empresa cujo local de direcção efectiva esteja situado num Estado Contratante, excepto se o navio ou aeronave for explorado somente entre lugares situados no outro Estado Contratante;
- h) A expressão «autoridade competente» significa:
 - i) Relativamente a Portugal, o Ministro das Finanças, o director-geral dos Impostos ou os seus representantes autorizados;
 - ii) Relativamente à Eslovénia, o Ministério das Finanças da República da Eslovénia, ou o seu representante autorizado;

i) O termo «nacional» designa:

- i) Qualquer pessoa singular que tenha a nacionalidade de um Estado Contratante;
- ii) Qualquer pessoa colectiva, sociedade de pessoas ou associação constituída de harmonia com a legislação em vigor num Estado Contratante.

2 — No que se refere à aplicação da Convenção, num dado momento, por um Estado Contratante, qualquer expressão não definida de outro modo deverá ter, a não ser que o contexto exija interpretação diferente, o significado que lhe for atribuído nesse momento pela legislação desse Estado que regula os impostos a que a Convenção se aplica, prevalecendo a interpretação resultante da legislação fiscal sobre a que decorra de outra legislação desse Estado.

Artigo 4.º

Residente

1 — Para efeitos desta Convenção, a expressão «residente de um Estado Contratante» significa qualquer pessoa que, por virtude da legislação desse Estado, está aí sujeita a imposto devido ao seu domicílio, à sua residência, ao local de direcção ou a qualquer outro critério de natureza similar e aplica-se igualmente a esse Estado e às suas subdivisões políticas ou administrativas ou autarquias locais. Todavia, esta expressão não inclui qualquer pessoa que esteja sujeita a imposto nesse Estado apenas relativamente a rendimento com fonte nesse Estado ou a património aí localizado.

2 — Quando, por virtude do disposto no n.º 1, uma pessoa singular for residente de ambos os Estados Contratantes, a situação será resolvida como segue:

- a) Será considerada residente apenas do Estado em que tenha uma habitação permanente à sua disposição. Se tiver uma habitação permanente à sua disposição em ambos os Estados, será considerada residente apenas do Estado com o qual sejam mais estreitas as suas relações pessoais e económicas (centro de interesses vitais);
- b) Se o Estado em que tem o centro de interesses vitais não puder ser determinado, ou se não tiver uma habitação permanente à sua disposição em nenhum dos Estados, será considerada residente apenas do Estado em que permaneça habitualmente;
- c) Se permanecer habitualmente em ambos os Estados ou se não permanecer habitualmente em nenhum deles, será considerada residente apenas do Estado de que for nacional;
- d) Se for nacional de ambos os Estados ou se não for nacional de nenhum deles, as autoridades competentes dos Estados Contratantes resolverão o caso de comum acordo.

3 — Quando, em virtude do disposto no n.º 1, uma pessoa, que não seja uma pessoa singular, for residente de ambos os Estados Contratantes, será considerada residente apenas do Estado em que estiver situada a sua direcção efectiva.

Artigo 5.º

Estabelecimento estável

1 — Para efeitos desta Convenção, a expressão «estabelecimento estável» significa uma instalação fixa através da qual a empresa exerce toda ou parte da sua actividade.

2 — A expressão «estabelecimento estável» compreende, nomeadamente:

- a) Um local de direcção;
- b) Uma sucursal;
- c) Um escritório;
- d) Uma fábrica;
- e) Uma oficina; e
- f) Uma mina, um poço de petróleo ou gás, uma pedreira ou qualquer outro local de extracção de recursos naturais.

3 — Um local ou um estaleiro de construção, de montagem ou de instalação ou as actividades de supervisão conexas só constituem um estabelecimento estável se a duração desse local, desse projecto ou dessas actividades no território de um Estado Contratante exceder um período de 12 meses.

4 — Não obstante as disposições anteriores deste artigo, a expressão «estabelecimento estável» não compreende:

- a) As instalações utilizadas unicamente para armazenar, expor ou entregar bens ou mercadorias pertencentes à empresa;
- b) Um depósito de bens ou de mercadorias pertencentes à empresa, mantido unicamente para os armazenar, expor ou entregar;
- c) Um depósito de bens ou de mercadorias pertencentes à empresa, mantido unicamente para serem transformados por outra empresa;
- d) Uma instalação fixa mantida unicamente para comprar bens ou mercadorias ou reunir informações para a empresa;

- e) Uma instalação fixa mantida unicamente para exercer, para a empresa, qualquer outra actividade de carácter preparatório ou auxiliar;
- f) Uma instalação fixa mantida unicamente para o exercício de qualquer combinação de actividades referidas nas alíneas a) a e), desde que a actividade de conjunto da instalação fixa resultante desta combinação seja de carácter preparatório ou auxiliar.

5 — Não obstante o disposto nos n.ºs 1 e 2, quando uma pessoa — que não seja um agente independente, a quem é aplicável o n.º 6 — actue por conta de uma empresa e tenha e habitualmente exerça num Estado Contratante poderes para concluir contratos em nome da empresa, será considerado que esta empresa tem um estabelecimento estável nesse Estado relativamente a qualquer actividade que essa pessoa exerça para a empresa, a não ser que as actividades de tal pessoa se limitem às indicadas no n.º 4, as quais, se fossem exercidas através de uma instalação fixa, não permitiriam considerar esta instalação fixa como um estabelecimento estável, de acordo com as disposições desse número.

6 — Não se considera que uma empresa tem um estabelecimento estável num Estado Contratante pelo simples facto de exercer a sua actividade nesse Estado por intermédio de um corretor, de um comissário geral ou de qualquer outro agente independente, desde que essas pessoas actuem no âmbito normal da sua actividade.

7 — O facto de uma sociedade residente de um Estado Contratante controlar ou ser controlada por uma sociedade residente do outro Estado Contratante ou que exerce a sua actividade nesse outro Estado (quer seja através de um estabelecimento estável, quer de outro modo) não é, só por si, bastante para fazer de qualquer dessas sociedades estabelecimento estável da outra.

CAPÍTULO III

Tributação dos rendimentos

Artigo 6.º

Rendimentos dos bens imobiliários

1 — Os rendimentos que um residente de um Estado Contratante aufera de bens imobiliários (incluídos os rendimentos das explorações agrícolas ou florestais) situados no outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — A expressão «bens imobiliários» terá o significado que lhe for atribuído pelo direito do Estado Contratante em que tais bens estiverem situados. A expressão compreende, porém, sempre, os bens acessórios dos bens imobiliários, o gado e o equipamento usado nas explorações agrícolas e florestais, os direitos a que se apliquem as disposições do direito privado relativas à propriedade de bens imóveis, o usufruto de bens imobiliários e os direitos a retribuições variáveis ou fixas pela exploração ou pela concessão da exploração de jazigos minerais, fontes e outros recursos naturais; os navios, barcos e aeronaves não são considerados bens imobiliários.

3 — O disposto no n.º 1 aplica-se aos rendimentos derivados da utilização directa, do arrendamento ou de qualquer outra forma de utilização dos bens imobiliários.

4 — O disposto nos n.ºs 1 e 3 aplica-se igualmente aos rendimentos provenientes dos bens imobiliários de uma empresa e aos rendimentos dos bens imobiliários utilizados para o exercício de profissões independentes.

5 — As disposições anteriores aplicam-se igualmente aos rendimentos derivados de bens mobiliários ou aos rendimentos derivados de serviços conexos com o uso ou a concessão do uso de bens imobiliários, que, de acordo com o direito fiscal do Estado Contratante em que tais bens estiverem situados, sejam assimilados aos rendimentos derivados de bens imobiliários.

Artigo 7.º

Lucros das empresas

1 — Os lucros de uma empresa de um Estado Contratante só podem ser tributados nesse Estado, a não ser que a empresa exerça a sua actividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento estável aí situado. Se a empresa exercer a sua actividade deste modo, os seus lucros podem ser tributados no outro Estado, mas unicamente na medida em que sejam imputáveis a esse estabelecimento estável.

2 — Com ressalva do disposto no n.º 3, quando uma empresa de um Estado Contratante exercer a sua actividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento estável aí situado, serão imputados, em cada Estado Contratante, a esse estabelecimento estável os lucros que este obteria se fosse uma empresa distinta e separada que exercesse as mesmas actividades ou actividades similares, nas mesmas condições ou em condições similares, e tratasse com absoluta independência com a empresa de que é estabelecimento estável.

3 — Na determinação do lucro de um estabelecimento estável, é permitido deduzir as despesas que tiverem sido feitas para realização dos fins prosseguidos por esse estabelecimento estável, incluindo as despesas de direcção e as despesas gerais de administração efectuadas com o fim referido, quer no Estado em que esse estabelecimento estável estiver situado quer fora dele.

4 — Se for usual num Estado Contratante determinar os lucros imputáveis a um estabelecimento estável com base numa repartição dos lucros totais da empresa entre as suas diversas partes, o disposto no n.º 2 não impedirá esse Estado Contratante de determinar os lucros tributáveis de acordo com a repartição usual; o método de repartição adoptado deve, no entanto, conduzir a um resultado conforme com os princípios enunciados neste artigo.

5 — Nenhum lucro será imputado a um estabelecimento estável pelo facto da simples compra de bens ou de mercadorias por esse estabelecimento estável para a empresa.

6 — Para efeitos dos números precedentes, os lucros a imputar ao estabelecimento estável serão calculados, em cada ano, segundo o mesmo método, a não ser que existam motivos válidos e suficientes para proceder de forma diferente.

7 — Quando os lucros compreendam elementos do rendimento, especialmente tratados noutros artigos desta Convenção, as respectivas disposições não serão afectadas pelas deste artigo.

Artigo 8.º

Transporte marítimo e aéreo

1 — Os lucros provenientes da exploração de navios ou aeronaves no tráfego internacional só podem ser tributados no Estado Contratante em que estiver situada a direcção efectiva da empresa.

2 — Se a direcção efectiva de uma empresa de navegação marítima se situar a bordo de um navio, a direcção

efectiva considera-se situada no Estado Contratante em que se encontra o porto onde esse navio estiver registado ou, na falta de porto de registo, no Estado Contratante de que é residente a pessoa que explora o navio.

3 — O disposto no n.º 1 é aplicável igualmente aos lucros provenientes da participação num *pool*, numa exploração em comum ou num organismo internacional de exploração.

Artigo 9.º

Empresas associadas

1 — Quando:

- a) Uma empresa de um Estado Contratante participar, directa ou indirectamente, na direcção, no controlo ou no capital de uma empresa do outro Estado Contratante; ou
- b) As mesmas pessoas participarem, directa ou indirectamente, na direcção, no controlo ou no capital de uma empresa de um Estado Contratante e de uma empresa do outro Estado Contratante;

e, em ambos os casos, as duas empresas, nas suas relações comerciais ou financeiras, estiverem ligadas por condições aceites ou impostas que difiram das que seriam estabelecidas entre empresas independentes, os lucros que, se não existissem essas condições, teriam sido obtidos por uma das empresas, mas não o foram por causa dessas condições, podem ser incluídos nos lucros dessa empresa e, consequentemente, tributados.

2 — Quando um Estado Contratante incluir nos lucros de uma empresa desse Estado — e tributar nessa conformidade — os lucros pelos quais uma empresa do outro Estado Contratante foi tributada nesse outro Estado, e os lucros incluídos deste modo constituírem lucros que teriam sido obtidos pela empresa do primeiro Estado se as condições acordadas entre as duas empresas tivessem sido as condições que teriam sido estabelecidas entre empresas independentes, o outro Estado procederá ao ajustamento adequado do montante do imposto aí cobrado sobre os lucros referidos, se esse outro Estado considerar o ajustamento justificado.

Na determinação deste ajustamento, serão tomadas em consideração as outras disposições desta Convenção e as autoridades competentes dos Estados Contratantes consultar-se-ão, se necessário.

Artigo 10.º

Dividendos

1 — Os dividendos pagos por uma sociedade residente de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — Esses dividendos podem, no entanto, ser igualmente tributados no Estado Contratante de que é residente a sociedade que paga os dividendos e de acordo com a legislação desse Estado, mas, se o beneficiário efectivo dos dividendos for um residente do outro Estado Contratante, o imposto assim estabelecido não excederá:

- a) 5% do montante bruto dos dividendos, se o seu beneficiário efectivo for uma sociedade que detenha, directamente, pelo menos 25% do capital da sociedade que paga os dividendos;
- b) 15% do montante bruto dos dividendos, nos restantes casos.

As autoridades competentes dos Estados Contratantes estabelecerão, de comum acordo, a forma de aplicar

estes limites. Este número não afecta a tributação da sociedade pelos lucros dos quais os dividendos são pagos.

3 — O termo «dividendos» usado neste artigo significa os rendimentos provenientes de acções, acções ou bónus de fruição, partes de minas, partes de fundador ou outros direitos, com excepção dos créditos, que permitam participar nos lucros, assim como os rendimentos derivados de outras partes sociais sujeitos ao mesmo regime fiscal que os rendimentos de acções pela legislação do Estado de que é residente a sociedade que os distribui.

4 — O disposto nos n.ºs 1 e 2 não é aplicável, se o beneficiário efectivo dos dividendos, residente de um Estado Contratante, exercer actividade no outro Estado Contratante de que é residente a sociedade que paga os dividendos, por meio de um estabelecimento estável aí situado, ou exercer nesse outro Estado uma profissão independente, por meio de uma instalação fixa aí situada, e a participação relativamente à qual os dividendos são pagos estiver efectivamente ligada a esse estabelecimento estável ou a essa instalação fixa. Nesse caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

5 — Quando uma sociedade residente de um Estado Contratante obtiver lucros ou rendimentos provenientes do outro Estado Contratante, esse outro Estado não poderá exigir nenhum imposto sobre os dividendos pagos pela sociedade, excepto na medida em que esses dividendos forem pagos a um residente desse outro Estado ou na medida em que a participação relativamente à qual os dividendos são pagos estiver efectivamente ligada a um estabelecimento estável ou a uma instalação fixa situados nesse outro Estado, nem sujeitar os lucros não distribuídos da sociedade a um imposto sobre os lucros não distribuídos, mesmo que os dividendos pagos ou os lucros não distribuídos consistam, total ou parcialmente, em lucros ou rendimentos provenientes desse outro Estado.

Artigo 11.º

Juros

1 — Os juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — No entanto, esses juros podem ser igualmente tributados no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse Estado, mas, se o beneficiário efectivo dos juros for um residente do outro Estado Contratante, o imposto assim estabelecido não excederá 10% do montante bruto dos juros. As autoridades competentes dos Estados Contratantes estabelecerão, de comum acordo, a forma de aplicar este limite.

3 — Não obstante o disposto no n.º 2, os juros provenientes de um Estado Contratante ficarão isentos de imposto nesse Estado, se os juros tiverem como beneficiário efectivo o Governo do outro Estado Contratante, incluindo as suas subdivisões políticas ou administrativas ou autarquias locais, bem como

No caso de Portugal:

- i) Banco de Portugal;
- ii) COSEC — Companhia de Seguros de Crédito;
- iii) IAPMEI — Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento;

No caso da Eslovénia:

- i) Banco da Eslovénia (Banka Slovenije);
- ii) Sociedade Eslovena de Exportações (Družba za zavarovanje in financiranje izvoza Slovenije).

4 — O termo «juros» usado neste artigo significa os rendimentos de créditos de qualquer natureza, com ou sem garantia hipotecária e com direito ou não a participar nos lucros do devedor, e, nomeadamente, os rendimentos da dívida pública e de obrigações, incluindo prémios atinentes a esses títulos. Para efeitos deste artigo, não se consideram juros as penalizações por pagamento tardio.

5 — O disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 não é aplicável, se o beneficiário efectivo dos juros, residente de um Estado Contratante, exercer actividade no outro Estado Contratante de que provêm os juros, por meio de um estabelecimento estável aí situado, ou exercer nesse outro Estado uma profissão independente, por meio de uma instalação fixa aí situada, e o crédito relativamente ao qual os juros são pagos estiver efectivamente ligado a esse estabelecimento estável ou a essa instalação fixa. Nesse caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

6 — Os juros consideram-se provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for um residente desse Estado. Todavia, quando o devedor dos juros, seja ou não residente de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento estável ou uma instalação fixa em relação com o qual haja sido contraída a obrigação pela qual os juros são pagos e esse estabelecimento estável ou essa instalação fixa suporte o pagamento desses juros, tais juros são considerados provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento estável ou a instalação fixa estiver situado.

7 — Quando, devido a relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efectivo ou entre ambos e qualquer outra pessoa, o montante dos juros pagos, tendo em conta o crédito pelo qual são pagos, exceder o montante que seria acordado entre o devedor e o beneficiário efectivo na ausência de tais relações, as disposições deste artigo são aplicáveis apenas a este último montante. Nesse caso, o excesso pode continuar a ser tributado de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as outras disposições desta Convenção.

Artigo 12.º

Royalties

1 — Os *royalties* provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — No entanto, esses *royalties* podem ser igualmente tributados no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse Estado, mas, se o beneficiário efectivo dos *royalties* for um residente do outro Estado Contratante, o imposto assim estabelecido não poderá exceder 5% do montante bruto das *royalties*. As autoridades competentes dos Estados Contratantes estabelecerão, de comum acordo, a forma de aplicar este limite.

3 — O termo *royalties* usado neste artigo significa as retribuições de qualquer natureza pagas pelo uso ou pela concessão do uso de um direito de autor sobre uma obra literária, artística ou científica, incluindo os filmes cinematográficos, bem como os filmes ou gravações para transmissão pela rádio ou televisão, de uma

patente, de uma marca de fabrico ou de comércio, de um desenho ou de um modelo, de um plano, de uma fórmula ou de um processo secretos ou por informações respeitantes a uma experiência adquirida no sector industrial, comercial ou científico.

4 — O disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 não é aplicável se o beneficiário efectivo dos *royalties*, residente de um Estado Contratante, exercer actividade no outro Estado Contratante de que provêm os *royalties*, por meio de um estabelecimento estável aí situado, ou exercer nesse outro Estado uma profissão independente, por meio de uma instalação fixa aí situada, e o direito ou bem relativamente ao qual os *royalties* são pagos estiver efectivamente ligado a esse estabelecimento estável ou a essa instalação fixa. Nesse caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

5 — Os *royalties* consideram-se provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for um residente desse Estado. Todavia, quando o devedor dos *royalties*, seja ou não residente de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento estável ou uma instalação fixa em ligação com o qual haja sido contraída a obrigação que dá origem ao pagamento dos *royalties* e esse estabelecimento estável ou essa instalação fixa suporte o pagamento dessas *royalties*, tais *royalties* são consideradas provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento estável ou a instalação fixa estiver situado.

6 — Quando, devido a relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efectivo das *royalties* ou entre ambos e qualquer outra pessoa, o montante das *royalties*, tendo em conta o uso, o direito ou as informações pelos quais são pagas, exceder o montante que seria acordado entre o devedor e o beneficiário efectivo na ausência de tais relações, as disposições deste artigo são aplicáveis apenas a este último montante. Nesse caso, o excedente pode continuar a ser tributado de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as outras disposições desta Convenção.

Artigo 13.º

Mais-valias

1 — Os ganhos que um residente de um Estado Contratante aufera da alienação de bens imobiliários referidos no artigo 6.º e situados no outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — Os ganhos que um residente de um Estado Contratante aufera da alienação de acções ou de qualquer outra participação equiparável, cujo valor derive, directa ou indirectamente, em mais de 50% dos bens imobiliários situados no outro Estado Contratante, podem ser tributados nesse outro Estado.

3 — Os ganhos provenientes da alienação de bens mobiliários que façam parte do activo de um estabelecimento estável que uma empresa de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante ou de bens mobiliários afectos a uma instalação fixa de que um residente de um Estado Contratante disponha no outro Estado Contratante para o exercício de uma profissão independente, incluindo os ganhos provenientes da alienação desse estabelecimento estável (isolado ou com o conjunto da empresa) ou dessa instalação fixa, podem ser tributados nesse outro Estado.

4 — Os ganhos provenientes da alienação de navios ou de aeronaves explorados no tráfego internacional ou de bens mobiliários afectos à exploração desses navios ou aeronaves só podem ser tributados no Estado Contratante em que estiver situada a direcção efectiva da empresa.

5 — Os ganhos provenientes da alienação de quaisquer outros bens diferentes dos mencionados nos n.ºs 1, 2, 3 e 4 só podem ser tributados no Estado Contratante de que o alienante é residente.

Artigo 14.º

Profissões independentes

1 — Os rendimentos obtidos por um residente de um Estado Contratante pelo exercício de uma profissão liberal ou de outras actividades de carácter independente só podem ser tributados nesse Estado, a não ser que esse residente disponha, de forma habitual, no outro Estado Contratante, de uma instalação fixa para o exercício das suas actividades. Neste último caso, os rendimentos podem ser tributados no outro Estado, mas unicamente na medida em que sejam imputáveis a essa instalação fixa.

2 — A expressão «profissão liberal» abrange, em especial, as actividades independentes de carácter científico, literário, artístico, educativo ou pedagógico, bem como as actividades independentes de médicos, advogados, engenheiros, arquitectos, dentistas e contabilistas.

Artigo 15.º

Profissões dependentes

1 — Com ressalva do disposto nos artigos 16.º, 18.º, 19.º e 20.º os salários, vencimentos e outras remunerações similares obtidos por um residente de um Estado Contratante em ligação com um emprego só podem ser tributados nesse Estado, a não ser que o emprego seja exercido no outro Estado Contratante. Se o emprego for aí exercido, as remunerações correspondentes podem ser tributadas nesse outro Estado.

2 — Não obstante o disposto no n.º 1, as remunerações obtidas por um residente de um Estado Contratante de um emprego exercido no outro Estado Contratante só podem ser tributadas no Estado primeiramente mencionado, se:

- a) O beneficiário permanecer no outro Estado durante um período ou períodos que não excedam, no total, 183 dias em qualquer período de 12 meses com início ou termo no ano fiscal em causa; e
- b) As remunerações forem pagas por uma entidade patronal ou em nome de uma entidade patronal que não seja residente do outro Estado; e
- c) As remunerações não forem suportadas por um estabelecimento estável ou por uma instalação fixa que a entidade patronal tenha no outro Estado.

3 — Não obstante as disposições anteriores deste artigo, as remunerações de um emprego exercido a bordo de um navio ou de uma aeronave explorados no tráfego internacional podem ser tributadas no Estado Contratante em que estiver situada a direcção efectiva da empresa.

Artigo 16.º

Percentagens de membros de conselhos

As percentagens e outras remunerações similares obtidas por um residente de um Estado Contratante na qualidade de membro do conselho de administração ou do conselho fiscal ou de outro órgão similar de uma sociedade residente do outro Estado Contratante podem ser tributadas nesse outro Estado.

Artigo 17.º

Artistas e desportistas

1 — Não obstante o disposto nos artigos 14.º e 15.º, os rendimentos obtidos por um residente de um Estado Contratante na qualidade de profissional de espectáculos, tal como artista de teatro, cinema, rádio ou televisão, ou músico, bem como de desportista, provenientes das suas actividades pessoais exercidas, nessa qualidade, no outro Estado Contratante, podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — Não obstante o disposto nos artigos 7.º, 14.º e 15.º, os rendimentos da actividade exercida pessoalmente pelos profissionais de espectáculos ou desportistas, nessa qualidade, atribuídos a uma outra pessoa, podem ser tributados no Estado Contratante em que são exercidas essas actividades dos profissionais de espectáculos ou dos desportistas.

3 — O disposto no n.º 1 e 2 não é aplicável aos rendimentos da actividade exercida num Estado Contratante pelos profissionais de espectáculos ou desportistas, se a deslocação a esse Estado Contratante for financiada, total ou principalmente, através de fundos públicos do outro Estado Contratante ou das suas subdivisões políticas ou administrativas ou autarquias locais. Neste caso, os rendimentos só podem ser tributados no Estado Contratante de que o profissional de espectáculos ou o desportista é residente.

Artigo 18.º

Pensões

Com ressalva do disposto no n.º 2 do artigo 19.º, as pensões e outras remunerações similares pagas a um residente de um Estado Contratante em consequência de um emprego anterior só podem ser tributadas nesse Estado.

Artigo 19.º

Remunerações públicas

1 — a) Os salários, vencimentos e outras remunerações similares, excluindo as pensões, pagos por um Estado Contratante ou por uma sua subdivisão política ou administrativa ou autarquia local a uma pessoa singular, em consequência de serviços prestados a esse Estado ou a essa subdivisão ou autarquia, só podem ser tributados nesse Estado.

b) Os salários, vencimentos e outras remunerações similares só podem, contudo, ser tributados no outro Estado Contratante, se os serviços forem prestados nesse Estado e se a pessoa singular for um residente desse Estado que:

- i) Seja seu nacional; ou
- ii) Não se tornou seu residente unicamente para o efeito de prestar os ditos serviços.

2 — a) As pensões pagas por um Estado Contratante ou por uma sua subdivisão política ou administrativa ou autarquia local, quer directamente, quer através de fundos por eles constituídos, a uma pessoa singular, em consequência de serviços prestados a esse Estado ou a essa subdivisão ou autarquia, só podem ser tributadas nesse Estado.

b) Estas pensões só podem, contudo, ser tributadas no outro Estado Contratante se a pessoa singular for um residente e um nacional desse Estado.

3 — O disposto nos artigos 15.º, 16.º, 17.º e 18.º aplica-se aos salários, vencimentos e outras remunerações similares, e às pensões, pagos em consequência de serviços prestados em ligação com uma actividade comercial ou industrial exercida por um Estado Contratante ou por uma sua subdivisão política ou administrativa ou autarquia local.

Artigo 20.º

Professores e investigadores

1 — Uma pessoa que é, ou foi, residente de um Estado Contratante imediatamente antes de se deslocar ao outro Estado Contratante, com vista unicamente a ensinar ou efectuar investigação científica numa universidade, colégio, escola ou outra instituição similar de ensino ou de investigação científica, reconhecida como não tendo fins lucrativos pelo Governo desse outro Estado, ou no âmbito de um programa oficial de intercâmbio cultural, durante um período não excedente a dois anos a contar da data da chegada a esse outro Estado, é isenta de imposto nesse outro Estado pelas remunerações recebidas em consequência desse ensino ou investigação.

2 — O disposto no n.º 1 não é aplicável às remunerações auferidas a título de trabalhos de investigação levados a efeito não no interesse público, mas, sobretudo, com vista à obtenção de uma vantagem específica de que beneficiem uma ou mais pessoas.

Artigo 21.º

Estudantes

As importâncias que um estudante ou um estagiário que é, ou foi, imediatamente antes da sua permanência num Estado Contratante, residente do outro Estado Contratante, e cuja permanência no Estado primeiramente mencionado tem como único fim aí prosseguir os seus estudos ou a sua formação, receba para fazer face às despesas com a sua manutenção, estudos ou formação não são tributadas nesse Estado desde que provenham de fontes situadas fora desse Estado.

Artigo 22.º

Outros rendimentos

1 — Os elementos do rendimento de um residente de um Estado Contratante, donde quer que provenham, não tratados nos artigos anteriores desta Convenção só podem ser tributados nesse Estado.

2 — O disposto no n.º 1 não se aplica ao rendimento, que não seja rendimento de bens imobiliários como são definidos no n.º 2 do artigo 6.º, auferido por um residente de um Estado Contratante que exerce no outro Estado Contratante uma actividade industrial ou comercial por meio de um estabelecimento estável nele situado ou que exerce uma profissão independente através de uma instalação fixa nele situada, estando o direito ou a propriedade, em relação ao qual o rendimento é pago, efectivamente ligado a esse estabelecimento estável ou instalação fixa. Nesse caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

CAPÍTULO IV

Tributação do património

Artigo 23.º

Património

1 — O património constituído por bens imobiliários como são definidos no artigo 6.º, propriedade de um

residente de um Estado Contratante e situado no outro Estado Contratante, pode ser tributado nesse Estado Contratante.

2 — O património constituído por bens mobiliários que fazem parte do activo de um estabelecimento estável que uma empresa de um Estado Contratante tem no outro Estado Contratante ou por bens mobiliários afectos a uma instalação fixa de que um residente de um Estado Contratante dispõe no outro Estado Contratante para o exercício de uma profissão independente pode ser tributado nesse outro Estado.

3 — O património constituído por navios e aeronaves utilizados no tráfego internacional, por barcos utilizados na navegação interior, bem como pelos bens mobiliários afectos à exploração desses navios, aeronaves e barcos, só pode ser tributado no Estado Contratante onde está situada a direcção efectiva da empresa.

4 — Todos os outros elementos do património de um residente de um Estado Contratante só podem ser tributados nesse Estado.

CAPÍTULO V

Eliminação da dupla tributação

Artigo 24.º

Eliminação da dupla tributação

1 — Quando um residente de um Estado Contratante obtiver rendimentos ou for proprietário de património que, de acordo com o disposto nesta Convenção, possam ser tributados no outro Estado Contratante, o Estado primeiramente mencionado permitirá:

- a) A dedução ao imposto sobre o rendimento desse residente de uma importância correspondente ao imposto sobre o rendimento pago no outro Estado;
- b) A dedução ao imposto sobre o património desse residente de uma importância correspondente ao imposto sobre o património pago no outro Estado.

Tal dedução não poderá contudo, em qualquer dos casos, exceder a fracção do imposto sobre o rendimento ou do imposto sobre o património, calculado antes da dedução, correspondente aos rendimentos ou ao património que podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — Quando, de acordo com o disposto nesta Convenção, o rendimento obtido por um residente de um Estado Contratante ou o património de que for proprietário estiver isento de imposto neste Estado, este Estado poderá, não obstante, ao calcular o quantitativo do imposto sobre o resto dos rendimentos ou do património desse residente, ter em conta o rendimento ou o património isento.

CAPÍTULO VI

Disposições especiais

Artigo 25.º

Não discriminação

1 — Os nacionais de um Estado Contratante não ficarão sujeitos no outro Estado Contratante a nenhuma tributação ou obrigação com ela conexas diferente ou mais gravosa do que aquelas a que estejam ou possam estar sujeitos os nacionais desse outro Estado que se

encontrem na mesma situação, em especial no que se refere à residência. Não obstante o estabelecido no artigo 1.º, esta disposição aplicar-se-á também às pessoas que não são residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

2 — Os apátridas residentes de um Estado Contratante não ficarão sujeitos em qualquer Estado Contratante a nenhuma tributação ou obrigação com ela conexa diferente ou mais gravosa do que aquelas a que estejam ou possam estar sujeitos os nacionais desse Estado que se encontrem na mesma situação, em especial no que se refere à residência.

3 — A tributação de um estabelecimento estável que uma empresa de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante não será nesse outro Estado menos favorável do que a das empresas desse outro Estado que exerçam as mesmas actividades. Esta disposição não poderá ser interpretada no sentido de obrigar um Estado Contratante a conceder aos residentes do outro Estado Contratante as deduções pessoais, abatimentos e reduções para efeitos fiscais atribuídos em função do estado civil ou encargos familiares concedidos aos seus próprios residentes.

4 — Salvo se for aplicável o disposto no n.º 1 do artigo 9.º, no n.º 7 do artigo 11.º ou no n.º 6 do artigo 12.º, os juros, *royalties* e outras importâncias pagos por uma empresa de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante serão dedutíveis, para efeitos da determinação do lucro tributável de tal empresa, como se fossem pagos a um residente do primeiro Estado mencionado. Similarmente, quaisquer débitos de uma empresa de um Estado Contratante relativamente a um residente de outro Estado Contratante serão dedutíveis, para efeitos da determinação do capital tributável de tal empresa, como se tivessem sido contraídos face a um residente do primeiro Estado mencionado.

5 — As empresas de um Estado Contratante cujo capital, total ou parcialmente, directa ou indirectamente, seja possuído ou controlado por um ou mais residentes do outro Estado Contratante não ficarão sujeitas, no primeiro Estado mencionado, a nenhuma tributação ou obrigação com ela conexa diferente ou mais gravosa do que aquelas a que estejam ou possam estar sujeitas as empresas similares desse primeiro Estado.

6 — Não obstante o disposto no artigo 2.º, as disposições do presente artigo aplicar-se-ão aos impostos de qualquer natureza ou denominação.

Artigo 26.º

Procedimento amigável

1 — Quando uma pessoa considerar que as medidas tomadas por um ou por ambos os Estados Contratantes conduzem ou poderão conduzir, em relação a si, a uma tributação não conforme com o disposto nesta Convenção, poderá, independentemente dos recursos estabelecidos pela legislação nacional desses Estados, submeter o seu caso à autoridade competente do Estado Contratante de que é residente ou, se o seu caso estiver compreendido no n.º 1 do artigo 24.º, à do Estado Contratante de que é nacional. O caso deverá ser apresentado dentro de três anos a contar da data da primeira comunicação da medida que der causa à tributação não conforme com o disposto na Convenção.

2 — A autoridade competente, se a reclamação se lhe afigurar fundada e não estiver em condições de lhe dar uma solução satisfatória, esforçar-se-á por resolver

a questão através de acordo amigável com a autoridade competente do outro Estado Contratante, a fim de evitar a tributação não conforme com a Convenção. Qualquer acordo alcançado será aplicado independentemente dos prazos estabelecidos no direito interno dos Estados Contratantes.

3 — As autoridades competentes dos Estados Contratantes esforçar-se-ão por resolver, através de acordo amigável, as dificuldades ou as dúvidas a que possa dar lugar a interpretação ou a aplicação da Convenção. Poderão também consultar-se a fim de eliminar a dupla tributação em casos não previstos pela Convenção.

4 — As autoridades competentes dos Estados Contratantes poderão comunicar directamente entre si, inclusivamente através de uma comissão mista constituída por essas autoridades ou pelos seus representantes, a fim de chegarem a acordo nos termos indicados nos números anteriores.

Artigo 27.º

Troca de informações

1 — As autoridades competentes dos Estados Contratantes trocarão entre si as informações necessárias para aplicar as disposições desta Convenção ou das leis internas dos Estados Contratantes relativas aos impostos abrangidos por esta Convenção, na medida em que a tributação nelas prevista não seja contrária a esta Convenção. A troca de informações não é restringida pelo disposto no artigo 1.º As informações obtidas por um Estado Contratante serão consideradas secretas do mesmo modo que as informações obtidas com base na legislação interna desse Estado, e só poderão ser comunicadas às pessoas ou autoridades (incluindo tribunais e autoridades administrativas) encarregadas da liquidação ou cobrança dos impostos abrangidos por esta Convenção ou dos procedimentos declarativos ou executivos ou da decisão de recursos referentes a estes impostos. Essas pessoas ou autoridades utilizarão as informações assim obtidas apenas para os fins referidos. Essas informações poderão ser reveladas no decurso de audiências públicas de tribunais ou em decisões judiciais.

2 — O disposto no n.º 1 nunca poderá ser interpretado no sentido de impor a um Estado Contratante a obrigação:

- a) De tomar medidas administrativas contrárias à sua legislação e à sua prática administrativa ou às do outro Estado Contratante;
- b) De fornecer informações que não possam ser obtidas com base na sua legislação ou no âmbito da sua prática administrativa normal ou nas do outro Estado Contratante;
- c) De transmitir informações reveladoras de segredos ou processos comerciais, industriais ou profissionais ou informações cuja comunicação seja contrária à ordem pública.

Artigo 28.º

Membros das missões diplomáticas e postos consulares

O disposto na presente Convenção não prejudicará os privilégios fiscais de que beneficiem os membros das missões diplomáticas ou postos consulares em virtude das regras gerais de direito internacional ou de disposições de acordos especiais.

CAPÍTULO VII

Disposições finais

Artigo 29.º

Entrada em vigor

1 — Os Estados Contratantes comunicarão um ao outro, por escrito e por via diplomática, o cumprimento dos respectivos requisitos constitucionais com vista à entrada em vigor da presente Convenção. A Convenção entrará em vigor 30 dias após a data de recepção da última das notificações referidas.

2 — Esta Convenção será aplicável:

a) Em Portugal:

- i) Quanto aos impostos retidos na fonte, aos impostos cujo facto gerador surja em ou depois de 1 de Janeiro do ano imediatamente seguinte ao da entrada em vigor da presente Convenção;
- ii) Quanto aos demais impostos, relativamente aos rendimentos produzidos ou ao património objecto de propriedade em qualquer ano fiscal com início em ou depois de 1 de Janeiro do ano imediatamente seguinte ao da entrada em vigor da presente Convenção;

b) Na Eslovénia:

- i) No que diz respeito aos impostos retidos na fonte, relativamente aos rendimentos produzidos em ou depois de 1 de Janeiro do ano civil imediatamente seguinte ao da entrada em vigor da presente Convenção;
- ii) Relativamente aos demais impostos sobre o rendimento e aos impostos sobre o património, aos impostos devidos em qualquer ano fiscal com início em ou depois de 1 de Janeiro do ano civil imediatamente seguinte ao da entrada em vigor da presente Convenção.

Artigo 30.º

Denúncia

A presente Convenção permanecerá em vigor enquanto não for denunciada por um Estado Contratante. Qualquer Estado Contratante pode denunciar a Convenção por via diplomática, por escrito, mediante um aviso prévio mínimo de seis meses antes do fim de qualquer ano civil posterior ao período de cinco anos a contar da data em que a Convenção entrar em vigor. Nesse caso, a Convenção deixará de se aplicar:

a) Em Portugal:

- i) Quanto aos impostos retidos na fonte, aos impostos cujo facto gerador surja em ou depois de 1 de Janeiro do ano imediatamente seguinte ao ano especificado no aviso de denúncia;
- ii) Quanto aos demais impostos, relativamente aos rendimentos produzidos ou ao património objecto de propriedade no ano fiscal com início em ou depois de 1 de Janeiro do ano imediatamente seguinte ao ano especificado no aviso de denúncia;

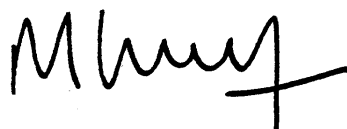
b) Na Eslovénia:

- i) No que diz respeito aos impostos retidos na fonte, relativamente aos rendimentos produzidos em ou depois de 1 de Janeiro do ano civil imediatamente seguinte ao ano do envio do aviso de denúncia;
- ii) Relativamente aos demais impostos sobre o rendimento e impostos sobre o património, aos impostos devidos em qualquer ano fiscal com início em ou depois de 1 de Janeiro do ano civil imediatamente seguinte ao ano do envio do aviso de denúncia.

Em testemunho do qual, os signatários, devidamente autorizados para o efeito, assinaram a presente Convenção.

Feito em duplicado, em Liubliana, aos 5 dias do mês de Março de 2003, nas línguas portuguesa, eslovena e inglesa, sendo todos os textos igualmente válidos. Em caso de divergência de interpretação ou de aplicação da presente Convenção, o texto inglês prevalecerá.

Pela República Portuguesa:



Pela República da Eslovénia:



PROTOCOLO

No momento da assinatura da Convenção entre a República Portuguesa e a República da Eslovénia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e o Património, os abaixo assinados acordaram nas disposições adicionais seguintes, que fazem parte integrante da Convenção.

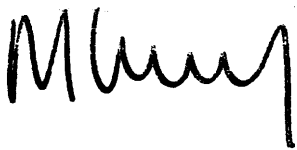
1 — *Ad artigo 8.º* — Sempre que empresas de países diferentes acordem na prossecução da actividade de transporte aéreo sob a forma de um consórcio ou qualquer outra forma similar de associação, o disposto no n.º 1 aplicar-se-á a essa parte dos lucros do consórcio ou da associação correspondente à participação detida nesse consórcio ou nessa associação pela empresa que é residente de um Estado Contratante.

2 — *Ad artigo 10.º, n.º 3.* — O termo «dividendos» também inclui lucros atribuídos ao abrigo de um acordo de participação nos lucros.

Em testemunho do qual, os signatários, devidamente autorizados para o efeito, assinaram o presente Protocolo.

Feito em duplicado, em Liubliana, aos 5 dias do mês de Março de 2003, nas línguas portuguesa, eslovena e inglesa, sendo todos os textos igualmente válidos. Em caso de divergência entre qualquer dos textos, o texto inglês prevalecerá.

Pela República Portuguesa:



Pela República da Eslovénia:



KONVENCIJA MED PORTUGALSKO REPUBLIKO IN REPUBLIKO SLOVENIJO O IZOGIBANJU DVOJNEGA OBDAVČEVANJA IN PREPREČNIH UTAJ V ZVEZI Z DAVKI OD DOHODKA IN PREMOŽENJA.

Portugalska republika in Republika Slovenija sta se v želji, da bi sklenili konvencijo o izogibanju dvojnega obdavčevanja in preprečevanju davčnih utaj v zvezi z davki od dohodka in premoženja, sporazumeli:

I. POGLAVJE

PODROČJE UPORABE KONVENCIJE

1. ČLEN

OSEBE, ZA KATERE SE UPORABLJA KONVENCIJA

Ta konvencija se uporablja za osebe, ki so rezidenti ene ali obeh držav pogodbenic.

2. ČLEN

DAVKI, ZA KATERE SE UPORABLJA KONVENCIJA

1. Ta konvencija se uporablja za davke od dohodka in premoženja, ki se uvedejo v imenu države pogodbenice ali njenih političnih ali upravnih enot ali lokalnih oblasti, ne glede na način njihove uvedbe.

2. Za davke od dohodka in premoženja se štejejo vsi davki, uvedeni na celoten dohodek, celotno premoženje ali na sestavine dohodka ali premoženja, vključno z davki od dobička iz odtujitve premičnin ali nepremičnin, davki na skupne zneske mezd ali plač, ki jih plačujejo podjetja, ter davki na zvišanje vrednosti kapitala.

3. Obstoječi davki, za katere se uporablja konvencija, so zlasti:

a) na Portugalskem:

- i) davek od dohodka posameznikov (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares – IRS);
- ii) davek od dobička pravnih oseb (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC) in
- iii) dodatni lokalni davek od dobička pravnih oseb (Derrama)

(v nadaljevanju "portugalski davek");

b) v Sloveniji:

- i) davek od dobička pravnih oseb;
- ii) davek od dohodka posameznikov;
- iii) davek od premoženja

(v nadaljevanju "slovenski davek").

4. Konvencija se uporablja tudi za enake ali vsebinsko podobne davke, ki se uvedejo po datumu podpisa konvencije dodatno k obstoječim davkom ali namesto njih. Pristojna organa držav pogodbenic drug drugega uradno obvestita o vseh bistvenih spremembah njihovih davčnih zakonodaj.

II. POGLAVJE

OPREDELITEV IZRAZOV

3. ČLEN

SPLOŠNA OPREDELITEV IZRAZOV

1. V tej konvenciji, razen če sobesedilo ne zahteva drugače:

- a) izraz "Portugalska" pomeni ozemlje Portugalske republike na evropski celini, arhipelaga Azori in Madeira, njeno teritorialno morje in notranje vode kot tudi epikontinentalni pas in vsako drugo območje, na katerem portugalska država izvaja suverene pravice ali jurisdikcijo v skladu s pravili mednarodnega prava;
- b) izraz "Slovenija" pomeni Republiko Slovenijo, in ko se uporablja v zemljepisnem smislu, ozemlje Slovenije, vključno z morskim območjem, morskim dnom in podzemljem ob teritorialnem morju, na katerem lahko Slovenija izvaja svoje suverene pravice in jurisdikcijo v skladu z mednarodnim pravom;

- c) izraza "država pogodbenica" in "druga država pogodbenica" pomenita, kot zahteva sobesedilo, Portugalsko ali Slovenijo;
- d) izraz "oseba" vključuje posameznika, družbo in katero koli drugo telo, ki združuje več oseb;
- e) izraz "družba" pomeni katero koli korporacijo ali kateri koli subjekt, ki se za davčne namene obravnava kot korporacija;
- f) izraza "podjetje države pogodbenice" in "podjetje druge države pogodbenice" pomenita podjetje, ki ga upravlja rezident države pogodbenice, in podjetje, ki ga upravlja rezident druge države pogodbenice;
- g) izraz "mednarodni promet" pomeni prevoz z ladjo ali letalom, ki ga opravlja podjetje s sedežem dejanske uprave v državi pogodbenici, razen če ladja ali letalo ne opravlja prevozov samo med kraji v drugi državi pogodbenici;
- h) izraz "pristojni organ" pomeni:
 - i) na Portugalskem ministra za finance, generalnega direktorja davčne uprave (Director-Geral dos Impostos) ali njunega pooblaščenega predstavnika;
 - ii) v Sloveniji Ministrstvo za finance Republike Slovenije ali pooblaščenega predstavnika tega ministrstva;
- i) izraz "državljan" pomeni:
 - i) posameznika, ki ima državljanstvo države pogodbenice;
 - ii) pravno osebo, osebno družbo ali združenje, katerega status izhaja iz veljavne zakonodaje države pogodbenice.

2. Kadar koli država pogodbenica uporabi konvencijo, ima kateri koli izraz, ki v njej ni opredeljen, razen če sobesedilo ne zahteva drugače, pomen, ki ga ima takrat po pravu te države za namene davkov, za katere se konvencija uporablja, pri čemer kateri koli pomen po davčni zakonodaji te države prevlada nad pomenom izraza po drugi zakonodaji te države.

4. ČLEN

REZIDENT

1. V tej konvenciji izraz "rezident države pogodbenice" pomeni osebo, ki je po zakonodaji te države dolžna plačevati davke zaradi svojega stalnega prebivališča, prebivališča, sedeža uprave ali katerega koli drugega podobnega merila, in vključuje tudi to državo in katero koli njeno politično ali upravno enoto ali lokalno oblast. Ta izraz pa ne vključuje osebe, ki je dolžna v tej državi plačevati davke samo v zvezi z dohodki iz virov v tej državi ali od premoženja v njej.

2. Kadar je zaradi določb prvega odstavka posameznik rezident obeh držav pogodbenic, se njegov status določi tako:

- a) šteje se samo za rezidenta države, v kateri ima na razpolago stalno prebivališče; če ima stalno prebivališče na razpolago v obeh državah, se šteje samo za rezidenta države, s katero ima tesnejše osebne in ekonomske odnose (središče življenjskih interesov);
- b) če ni mogoče opredeliti države, v kateri ima središče življenjskih interesov, ali če nima v nobeni od držav na razpolago stalnega prebivališča, se šteje samo za rezidenta države, v kateri ima običajno bivališče;
- c) če ima običajno bivališče v obeh državah ali v nobeni od njiju, se šteje samo za rezidenta države, katere državljan je;
- d) če je državljan obeh držav ali nobene od njiju, pristojna organa držav pogodbenic vprašanje rešita s skupnim dogovorom.

3. Kadar je zaradi določb prvega odstavka oseba, ki ni posameznik, rezident obeh držav pogodbenic, se šteje samo za rezidenta države, v kateri je njen sedež dejanske uprave.

5. ČLEN

STALNA POSLOVNA ENOTA

1. V tej konvenciji izraz "stalna poslovna enota" pomeni stalno mesto poslovanja, prek katerega v celoti ali delno potekajo posli podjetja.

2. Izraz "stalna poslovna enota" še posebej vključuje:

- a) sedež uprave,
- b) podružnico,
- c) pisarno,
- d) tovarno,
- e) delavnico in
- f) rudnik, nahajališče nafte ali plina, kamnolom ali kateri koli drug kraj pridobivanja naravnih virov.

3. Gradbišče, projekt gradnje, montaže ali postavitve ali dejavnost nadzora v zvezi z njimi je stalna poslovna enota samo, če tako gradbišče, projekt ali dejavnost na ozemlju države pogodbenice traja več kot dvanajst mesecev.

4. Ne glede na prejšnje določbe tega člena se šteje, da izraz "stalna poslovna enota" ne vključuje:

- a) uporabe prostorov samo za skladiščenje, razstavljanje ali dostavo dobrin ali blaga, ki pripada podjetju;

- b) vzdrževanja zaloge dobrin ali blaga, ki pripada podjetju, samo za skladiščenje, razstavljanje ali dostavo;
- c) vzdrževanja zaloge dobrin ali blaga, ki pripada podjetju, samo za predelavo, ki jo opravi drugo podjetje;
- d) vzdrževanja stalnega mesta poslovanja samo za nakup dobrin ali blaga za podjetje ali zbiranje informacij za podjetje;
- e) vzdrževanja stalnega mesta poslovanja samo za opravljanje kakršne koli druge pripravljalne ali pomožne dejavnosti za podjetje;
- f) vzdrževanja stalnega mesta poslovanja samo za kakršno koli kombinacijo dejavnosti, omenjenih v pododstavkih a) do e), če je splošna dejavnost stalnega mesta poslovanja, ki je posledica te kombinacije, pripravljalna ali pomožna.

5. Ne glede na določbe prvega in drugega odstavka, kadar oseba – ki ni zastopnik z neodvisnim statusom, za katerega se uporablja šesti odstavek – deluje v imenu podjetja ter ima in običajno uporablja v državi pogodbenici pooblastilo za sklepanje pogodb v imenu podjetja, se za to podjetje šteje, da ima stalno poslovno enoto v tej državi v zvezi z dejavnostmi, ki jih ta oseba prevzame za podjetje, razen če dejavnosti te osebe niso omejene na tiste iz četrtega odstavka, zaradi katerih se to stalno mesto poslovanja po določbah tega odstavka ne bi štelo za stalno poslovno enoto, če bi se opravljal preko stalnega mesta poslovanja.

6. Ne šteje se, da ima podjetje stalno poslovno enoto v državi pogodbenici samo zato, ker opravlja posle v tej državi prek posrednika, splošnega komisionarja ali katerega koli drugega zastopnika z neodvisnim statusom, če te osebe delujejo v okviru svojega rednega poslovanja.

7. Dejstvo, da družba, ki je rezident države pogodbenice, nadzoruje družbo, ki je rezident druge države pogodbenice ali opravlja posle v tej drugi državi (prek stalne poslovne enote ali drugače) ali je pod nadzorom take družbe, samo po sebi še ne pomeni, da je ena od družb stalna poslovna enota druge.

III. POGLAVJE

OBDAVČEVANJE DOHODKA

6. ČLEN

DOHODEK IZ NEPREMIČNIN

1. Dohodek rezidenta države pogodbenice, ki izhaja iz nepremičnin (vključno z dohodkom iz kmetijstva ali gozdarstva), ki so v drugi državi pogodbenici, se lahko obdavči v tej drugi državi.

2. Izraz "nepremičnine" ima pomen, ki ga ima po pravu države pogodbenice, v kateri je ta nepremičnina. Izraz vedno vključuje premoženje, ki je sestavni del nepremičnin, živino in opremo, ki se uporablja v kmetijstvu in gozdarstvu, pravice, za katere se uporabljajo določbe splošnega prava v zvezi z zemljiško lastnino, užitek na nepremičninah in pravice do spremenljivih ali stalnih plačil kot odškodnino za izkoriščanje ali pravico do izkoriščanja nahajališč rude, virov ter drugega naravnega bogastva; ladje, čolni in letala se ne štejejo za nepremičnine.

3. Določbe prvega odstavka se uporabljajo za dohodek, ki se ustvari z neposredno uporabo, dajanjem v najem ali katero koli drugo obliko uporabe nepremičnine.

4. Določbe prvega in tretjega odstavka se uporabljajo tudi za dohodek iz nepremičnin podjetja in za dohodek iz nepremičnin, ki se uporabljajo za opravljanje samostojnih osebnih storitev.

5. Predhodne določbe se uporabljajo tudi za dohodek iz premičnin ali dohodek od storitev v zvezi z uporabo ali pravico do uporabe nepremičnin, ki se po davčni zakonodaji države pogodbenice, v kateri so te nepremičnine, obravnava enako kot dohodek iz nepremičnin.

7. ČLEN

POSLOVNI DOBIČEK

1. Dobiček podjetja države pogodbenice se obdavči samo v tej državi, razen če podjetje ne posluje v drugi državi pogodbenici prek stalne poslovne enote v njej. Če podjetje posluje, kot je prej omenjeno, se lahko dobiček podjetja obdavči v drugi državi, vendar samo toliko dobička, kot se pripíše tej stalni poslovni enoti.

2. Ob upoštevanju določb tretjega odstavka, kadar podjetje države pogodbenice posluje v drugi državi pogodbenici prek stalne poslovne enote v njej, se v vsaki državi pogodbenici tej stalni poslovni enoti pripíše dobiček, za katerega bi se lahko pričakovalo, da bi ga imela, če bi bila različno in ločeno podjetje, ki opravlja enake ali podobne dejavnosti pod istimi ali podobnimi pogoji ter povsem neodvisno posluje s podjetjem, katerega stalna poslovna enota je.

3. Pri določanju dobička stalne poslovne enote je dovoljeno odšteti stroške, ki nastanejo za namene stalne poslovne enote, vključno s poslovnimi in splošnimi upravnimi stroški, ki so tako nastali v državi, v kateri je stalna poslovna enota, ali drugeje.

4. Če se v državi pogodbenici dobiček, ki se pripíše stalni poslovni enoti, običajno določi na podlagi porazdelitve vsega dobička podjetja na njegove dele, nič v drugem odstavku tej državi pogodbenici ne preprečuje določiti obdavčljivega dobička z običajno porazdelitvijo; sprejeta metoda porazdelitve pa mora biti taka, da je rezultat v skladu z načeli tega člena.

5. Stalni poslovni enoti se ne pripíše dobiček samo zato, ker nakupuje dobrine ali blago za podjetje.

6. Za namene prejšnjih odstavkov se dobiček, ki se pripíše stalni poslovni enoti, vsako leto določi po isti metodi, razen če ni upravičenega in zadostnega razloga za nasprotno.

7. Kadar dobiček vključuje dohodkovne postavke, ki so posebej obravnavane v drugih členih te konvencije, določbe tega člena ne vplivajo na določbe tistih členov.

8. ČLEN

LADIJSKI IN LETALSKI PREVOZ

1. Dobiček od ladijskih ali letalskih prevozov v mednarodnem prometu se obdavči samo v državi pogodbenici, v kateri je sedež dejanske uprave podjetja.

2. Če je sedež dejanske uprave ladjarskega podjetja na ladji, se šteje, da je v državi pogodbenici, v kateri je matično pristanišče ladje, ali če ni takega matičnega pristanišča, v državi pogodbenici, katere rezident je ladijski prevoznik.

3. Določbe prvega odstavka se uporabljajo tudi za dobiček iz udeležbe v interesnem združenju, mešanem podjetju ali mednarodni prevoznici agenciji.

9. ČLEN

POVEZANA PODJETJA

1. Kadar:

- a) je podjetje države pogodbenice neposredno ali posredno udeleženo pri upravljanju, nadzoru ali v kapitalu podjetja druge države pogodbenice ali
- b) so iste osebe neposredno ali posredno udeležene pri upravljanju, nadzoru ali v kapitalu podjetja države pogodbenice in podjetja druge države pogodbenice

in v obeh primerih obstajajo ali se uvedejo med podjetjema v njunih komercialnih ali finančnih odnosih pogoji, drugačni od tistih, ki bi obstajali med neodvisnimi podjetji, se kakršen koli dobiček, ki bi prirastel enemu od podjetij, če takih pogojev ne bi bilo, vendar prav zaradi takih pogojev ni prirastel, lahko vključi v dobiček tega podjetja in ustrezno obdavči.

2. Kadar država pogodbenica v dobiček podjetja te države vključuje – in ustrezno obdavči – dobiček, za katerega je bilo že obdavčeno podjetje druge države pogodbenice v tej drugi državi, in je tako vključen dobiček dobiček, ki bi prirastel podjetju prve omenjene države, če bi bili pogoji, ki obstajajo med podjetjema, taki, kot bi obstajali med neodvisnimi podjetji, ta druga država ustrezno prilagodi znesek davka, ki se v tej državi obračuna od tega dobička, če meni, da je prilagoditev upravičena. Pri določanju take prilagoditve je treba upoštevati druge določbe te konvencije, pristojna organa držav pogodbenic pa se po potrebi med seboj posvetujeta.

10. ČLEN

DIVIDENDE

1. Dividende, ki jih družba, ki je rezident države pogodbenice, plača rezidentu druge države pogodbenice, se lahko obdavčijo v tej drugi državi.

2. Take dividende pa se lahko obdavčijo tudi v državi pogodbenici, katere rezident je družba, ki dividende plačuje, in v skladu z zakonodajo te države, če pa je upravičen lastnik dividend rezident druge države pogodbenice, tako obračunani davek ne presega:

- a) 5 odstotkov bruto zneska dividend, če je upravičen lastnik družba, ki ima neposredno v lasti najmanj 25 odstotkov kapitala družbe, ki plačuje dividende;
- b) 15 odstotkov bruto zneska dividend v vseh drugih primerih.

Pristojna organa držav pogodbenic s skupnim dogovorom uredita način uporabe teh omejitev. Ta odstavek ne vpliva na obdavčenje družbe v zvezi z dobičkom, iz katerega se plačajo dividende.

3. Izraz "dividende", kot je uporabljen v tem členu, pomeni dohodek iz delnic, "jouissance" delnic ali pravic, rudniških delnic, ustanovitelskih delnic ali drugih pravic do udeležbe v dobičku, ki niso terjatve; in tudi dohodek iz drugih korporacijskih pravic, ki se davčno obravnava enako kot dohodek iz delnic po zakonodaji države, katere rezident je družba, ki dividende deli.

4. Določbe prvega in drugega odstavka se ne uporabljajo, če upravičen lastnik dividend, ki je rezident države pogodbenice, posluje v drugi državi pogodbenici, katere rezident je družba, ki dividende plačuje, prek stalne poslovne enote v njej ali opravlja v tej drugi državi samostojne osebne storitve iz stalne baze v njej ter je delež, v zvezi s katerim se dividende plačajo, dejansko povezan s tako stalno poslovno enoto ali stalno bazo. V takem primeru se uporabljajo določbe 7. ali 14. člena, odvisno od primera.

5. Kadar dobiček ali dohodek družbe, ki je rezident države pogodbenice, izhaja iz druge države pogodbenice, ta druga država ne sme uvesti nobenega davka na dividende, ki jih plača družba, razen če se te dividende plačajo rezidentu te druge države ali če je delež, v zvezi s katerim se take dividende plačajo, dejansko povezan s stalno poslovno enoto ali stalno bazo v tej drugi državi, niti ne sme uvesti davka od nerazdeljenega dobička na nerazdeljeni dobiček družbe, tudi če so plačane dividende ali nerazdeljeni dobiček v celoti ali delno sestavljeni iz dobička ali dohodka, ki nastane v taki drugi državi.

11. ČLEN

OBRESTI

1. Obresti, ki nastanejo v državi pogodbenici in se izplačajo rezidentu druge države pogodbenice, se lahko obdavčijo v tej drugi državi.

2. Take obresti pa se lahko obdavčijo tudi v državi pogodbenici, v kateri nastanejo, in v skladu z zakonodajo te države, če pa je upravičen lastnik obresti rezident druge države pogodbenice, tako obračunani davek ne presega 10 odstotkov bruto zneska obresti. Pristojna organa držav pogodbenic s skupnim dogovorom uredita način uporabe te omejitve.

3. Ne glede na določbe drugega odstavka so obresti, ki nastanejo v državi pogodbenici, oproščene davka v tej državi, če jih dobi in je njihov upravičen lastnik vlada druge države pogodbenice, vključno z njenimi političnimi ali upravnimi enotami ali lokalnimi oblastmi, kakor tudi

na Portugalskem:

- i) Banka Portugalske (Banco de Portugal);
- ii) Družba za zavarovanje financiranja izvoza in uvoza (COSEC-Companhia de Seguros de Crédito);
- iii) Agencija za investicijsko podporo malih in srednjih podjetij (IAPMEI-Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento);

v Sloveniji:

- i) Banka Slovenije;
- ii) Družba za zavarovanje in financiranje izvoza Slovenije.

4. Izraz "obresti", kot je uporabljen v tem členu, pomeni dohodek iz vseh vrst terjatev ne glede na to, ali so zavarovane s hipoteko, in ne glede na to, ali imajo pravico do udeležbe v dolžnikovem dobičku, in še posebej dohodek iz državnih vrednostnih papirjev ter dohodek iz obveznic ali zadolžnic, vključno s premijami in nagradami od takih vrednostnih papirjev, obveznic ali zadolžnic. Kazni zaradi zamude pri plačilu se za namen tega člena ne štejejo za obresti.

5. Določbe prvega, drugega in tretjega odstavka se ne uporabljajo, če upravičen lastnik obresti, ki je rezident države pogodbenice, posluje v drugi državi pogodbenici, v kateri obresti nastanejo, prek stalne poslovne enote v njej ali opravlja v tej drugi državi samostojne osebne storitve iz stalne baze v njej ter je terjatev, v zvezi s katero se obresti plačajo, dejansko povezana s tako stalno poslovno enoto ali stalno bazo. V takem primeru se uporabljajo določbe 7. ali 14. člena, odvisno od primera.

6. Šteje se, da obresti nastanejo v državi pogodbenici, kadar je plačnik rezident te države. Kadar pa ima oseba, ki plačuje obresti, in ne glede na to, ali je rezident države pogodbenice, v državi pogodbenici stalno poslovno enoto ali stalno bazo, v zvezi s katero je nastala zadolžitev, za katero se plačajo obresti ter take obresti krije taka stalna poslovna enota ali stalna baza, se šteje, da take obresti nastanejo v državi, v kateri je stalna poslovna enota ali stalna baza.

7. Kadar zaradi posebnega odnosa med plačnikom in upravičenim lastnikom ali med njima in drugo osebo znesek obresti glede na terjatev, za katero se plačajo, presega znesek, za katerega bi se sporazumela plačnik in upravičen lastnik, če takega odnosa ne bi bilo, se določbe tega člena uporabljajo samo za zadnji omenjeni znesek. V takem primeru se presežni del plačil še naprej obdajuje v skladu z zakonodajo vsake države pogodbenice, pri čemer je treba upoštevati druge določbe te konvencije.

12. ČLEN

LICENČNINE IN AVTORSKI HONORARJI

1. Licenčnine in avtorski honorarji, ki nastanejo v državi pogodbenici in se plačajo rezidentu druge države pogodbenice, se lahko obdajajo v tej drugi državi.

2. Take licenčnine in avtorski honorarji pa se lahko obdajajo tudi v državi pogodbenici, v kateri nastanejo, in v skladu z zakonodajo te države, če pa je upravičen lastnik licenčnin in avtorskih honorarjev rezident druge države pogodbenice, tako obračunani davek ne presega 5 odstotkov bruto zneska licenčnin in avtorskih honorarjev. Pristojna organa držav pogodbenic s skupnim dogovorom uredita način uporabe te omejitve.

3. Izraz "licenčnine in avtorski honorarji", kot je uporabljen v tem členu, pomeni plačila vsake vrste, prejeta kot povračilo za uporabo ali pravico do uporabe kakršnih koli avtorskih pravic za literarno, umetniško ali znanstveno delo, vključno s kinematografskimi filmi ter filmi ali trakovi za radijsko ali televizijsko predvajanje, katerega koli patenta, blagovne znamke, vzorca ali modela, načrta, tajne formule ali postopka ali za informacije o industrijskih, komercialnih ali znanstvenih izkušnjah.

4. Določbe prvega, drugega in tretjega odstavka se ne uporabljajo, če upravičen lastnik licenčnin in avtorskih honorarjev, ki je rezident države pogodbenice, posluje v drugi državi pogodbenici, v kateri licenčnine in avtorski honorarji nastanejo, prek stalne poslovne enote v njej ali opravlja v tej drugi državi samostojne osebne storitve iz stalne baze v njej ter je pravica ali premoženje, v zvezi s katerim se licenčnine in avtorski honorarji plačajo, dejansko povezano s tako stalno poslovno enoto ali stalno bazo. V takem primeru se uporabljajo določbe 7. ali 14. člena, odvisno od primera.

5. Šteje se, da so licenčnine in avtorski honorarji nastali v državi pogodbenici, kadar je plačnik rezident te države. Kadar pa ima oseba, ki plačuje licenčnine in avtorske honorarje, ne glede na to, ali je plačnik rezident države pogodbenice, v državi pogodbenici stalno poslovno enoto ali stalno bazo, v zvezi s katero je nastala obveznost za plačilo licenčnin in avtorskih honorarjev ter take licenčnine in avtorske honorarje krije taka stalna poslovna enota ali stalna baza, se šteje, da so take licenčnine in avtorski honorarji nastali v državi, v kateri je stalna poslovna enota ali stalna baza.

6. Kadar zaradi posebnega odnosa med plačnikom in upravičenim lastnikom ali med njima in drugo osebo znesek licenčnin in avtorskih honorarjev glede na uporabo, pravico ali informacijo, za katero se plačujejo, presega znesek, za katerega bi se sporazumela plačnik in upravičen lastnik, če takega odnosa ne bi bilo, se določbe tega člena uporabljajo samo za zadnji omenjeni znesek. V takem primeru se presežni del plačil še naprej obdajuje v skladu z zakonodajo vsake države pogodbenice, pri čemer je treba upoštevati druge določbe te konvencije.

13. ČLEN

KAPITALSKI DOBIČKI

1. Dobiček, ki ga rezident države pogodbenice doseže z odtujitvijo nepremičnin, ki so omenjene v 6. členu in so v drugi državi pogodbenici, se lahko obdavi v tej drugi državi.

2. Dobiček, ki ga rezident države pogodbenice doseže z odtujitvijo delnic ali kakršnega koli primerljivega deleža, katerega vrednost v več kot 50 odstotkih neposredno ali posredno izhaja iz nepremičnin v drugi državi pogodbenici, se lahko obdavi v tej drugi državi.

3. Dobiček od odtujitve premičnin, ki so del poslovnega premoženja stalne poslovne enote, ki jo ima podjetje države pogodbenice v drugi državi pogodbenici, ali premičnin, ki se nanašajo na stalno bazo, ki jo ima rezident države pogodbenice na voljo v drugi državi pogodbenici za opravljanje samostojnih osebnih storitev, vključno z dobičkom iz odtujitve take stalne poslovne enote (same ali s celotnim podjetjem) ali take stalne baze, se lahko obdavi v tej drugi državi.

4. Dobiček iz odtujitve ladij ali letal, s katerimi se opravljajo prevozi v mednarodnem prometu, ali premičnin, ki se nanašajo na opravljanje prevozov s takimi ladjami ali letali, se obdavi samo v državi pogodbenici, v kateri je sedež dejanske uprave podjetja.

5. Dobiček iz odtujitve premoženja, ki ni premoženje, navedeno v prvem, drugem, tretjem in četrtem odstavku, se obdavi samo v državi pogodbenici, katere rezident je oseba, ki odtuji premoženje.

14. ČLEN

SAMOSTOJNE OSEBNE STORITVE

1. Dohodek, ki ga dobi rezident države pogodbenice iz poklicnih storitev ali drugih samostojnih dejavnosti, se obdavi samo v tej državi, razen če nima stalne baze, ki mu je redno na voljo v drugi državi pogodbenici za opravljanje njegovih dejavnosti. Če ima tako stalno bazo, se dohodek lahko obdavi v drugi državi pogodbenici, a samo toliko dohodka, kolikor ga je pripisanega tej stalni bazi.

2. Izraz "poklicne storitve" vključuje še posebej samostojne znanstvene, literarne, umetniške, izobraževalne ali pedagoške dejavnosti kot tudi samostojne dejavnosti zdravnikov, odvetnikov, inženirjev, arhitektov, zobozdravnikov in računovodij.

15. ČLEN

ODVISNE OSEBNE STORITVE

1. V skladu z določbami 16., 18., 19. in 20. člena se plače, mezde in drugi podobni prejemki, ki jih dobi rezident države pogodbenice iz zaposlitve, obdajajo samo v tej državi, razen če se zaposlitev ne izvaja v drugi državi pogodbenici. Če se zaposlitev izvaja tako, se lahko tako dobljeni prejemki obdajajo v tej drugi državi.

2. Ne glede na določbe prvega odstavka se prejemek, ki ga dobi rezident države pogodbenice iz zaposlitve, ki se izvaja v drugi državi pogodbenici, obdavi samo v prvi omenjeni državi, če:

- a) je prejemnik navzoč v drugi državi v obdobju ali obdobjih, ki ne presegajo skupno 183 dni v katerem koli obdobju dvanajstih mesecev, ki se začne ali konča v določenem davčnem letu, in
- b) prejemek plača delodajalec, ki ni rezident druge države, ali se plača v njegovem imenu in
- c) prejemka ne krije stalna poslovna enota ali stalna baza, ki jo ima delodajalec v drugi državi.

3. Ne glede na prejšnje določbe tega člena se lahko prejemek, ki izhaja iz zaposlitve na ladij ali letalu, s katerim se opravljajo prevozi v mednarodnem prometu, obdavi v državi pogodbenici, v kateri je sedež dejanske uprave podjetja.

16. ČLEN

PLAČILA DIREKTORJEM

Plačila direktorjem in druga podobna plačila, ki jih dobi rezident države pogodbenice kot član uprave ali nadzornega sveta ali kakršnega koli drugega podobnega organa družbe, ki je rezident druge države pogodbenice, se lahko obdajajo v tej drugi državi.

17. ČLEN

UMETNIKI IN ŠPORTNIKI

1. Ne glede na določbe 14. in 15. člena se lahko dohodek, ki ga dobi rezident države pogodbenice kot nastopajoči izvajalec, kot je gledališki, filmski, radijski ali televizijski umetnik ali glasbenik, ali kot športnik iz takšnih osebnih dejavnosti, ki jih izvaja v drugi državi pogodbenici, obdavi v tej drugi državi.

2. Kadar dohodek iz osebnih dejavnosti, ki jih izvaja nastopajoči izvajalec ali športnik kot tak, ne praraste samemu nastopajočemu izvajalcu ali športniku osebno, temveč drugi osebi, se ta dohodek kljub določbam 7., 14. in 15. člena lahko obdavi v državi pogodbenici, v kateri potekajo dejavnosti nastopajočega izvajalca ali športnika.

3. Določbe prvega in drugega odstavka se ne uporabljajo za dohodek iz dejavnosti, ki jih nastopajoči izvajalec ali športnik izvaja v državi pogodbenici, če se obisk v tej državi v celoti ali pretežno financira z javnimi sredstvi druge države pogodbenice ali njene politične ali

upravne enote ali lokalne oblasti. V takem primeru se dohodek obdavči samo v državi pogodbenici, katere rezident je nastopajoči izvajalec ali športnik.

18. ČLEN

POKOJNINE

V skladu z določbami drugega odstavka 19. člena se pokojnine in drugi podobni prejemki, ki se izplačujejo rezidentu države pogodbenice za preteklo zaposlitev, obdavčijo samo v tej državi.

19. ČLEN

DRŽAVNA SLUŽBA

1. a) Plače, mezde in drugi podobni prejemki razen pokojnin, ki jih plačuje država pogodbenica ali njena politična ali upravna enota ali lokalna oblast posamezniku za storitve, ki jih opravi za to državo ali enoto ali oblast, se obdavčijo samo v tej državi.
- b) Take plače, mezde in drugi podobni prejemki pa se obdavčijo samo v drugi državi pogodbenici, če se storitve opravljajo v tej državi in je posameznik rezident te države, ki:
 - i) je državljan te države ali
 - ii) ni postal rezident te države samo zaradi opravljanja storitev.
2. a) Vsaka pokojnina, plačana iz skladov države pogodbenice ali njene politične ali upravne enote ali lokalne oblasti posamezniku za storitve, opravljene za to državo ali enoto ali oblast, se obdavči samo v tej državi.
- b) Taka pokojnina pa se obdavči samo v drugi državi pogodbenici, če je posameznik rezident in državljan te države.
3. Določbe 15., 16., 17. in 18. člena se uporabljajo za plače, mezde in druge podobne prejemke ter za pokojnine za storitve, opravljene v zvezi s posli države pogodbenice ali njene politične ali upravne enote ali lokalne oblasti.

20. ČLEN

PROFESORJI IN RAZISKOVALCI

1. Posameznik, ki je ali je bil rezident države pogodbenice tik pred obiskom druge države pogodbenice samo zaradi poučevanja ali znanstvenega raziskovanja na univerzi, višji oziroma visoki šoli, šoli ali drugi podobni izobraževalni ali raziskovalni ustanovi, ki jo za neprofitno priznava vlada te druge države pogodbenice, ali v okviru uradnega programa kulturne izmenjave, se v obdobju, ki ni daljše od dveh let od datuma prvega prihoda v to drugo državo, v tej drugi državi ne obdavči za prejemke za tako poučevanje ali raziskovanje.
2. Izjema po prvem odstavku za prejemke za raziskovanje se ne prizna, če se takšno raziskovanje ne izvaja v javno korist, ampak v zasebno korist določene osebe ali osebe.

21. ČLEN

ŠTUDENTI

Plačila, ki jih študent ali pripravnik, ki je ali je bil tik pred obiskom države pogodbenice rezident druge države pogodbenice in je v prvi omenjeni državi navzoč samo zaradi svojega izobraževanja ali usposabljanja, prejme za svoje vzdrževanje, izobraževanje ali usposabljanje, se ne obdavčijo v tej državi, če taka plačila nastanejo iz virov zunaj te države.

22. ČLEN

DRUGI DOHODKI

1. Deli dohodka rezidenta države pogodbenice, ki nastanejo kjer koli in ki niso obravnavani v predhodnih členih te konvencije, se obdavčijo samo v tej državi.
2. Določbe prvega odstavka se ne uporabljajo za dohodek, ki ni dohodek iz nepremičnin, kot so opredeljene v drugem odstavku 6. člena, če prejemnik takega dohodka, ki je rezident države pogodbenice, posluje v drugi državi pogodbenici prek stalne poslovne enote v njej ali opravlja v tej drugi državi samostojne osebne storitve iz stalne baze v njej in je pravica ali premoženje, za katero se plača dohodek, dejansko povezano s tako stalno poslovno enoto ali stalno bazo. V takem primeru se uporabljajo določbe 7. ali 14. člena, odvisno od primera.

IV. POGLAVJE

OBDAVČEVANJE PREMOŽENJA

23. ČLEN

PREMOŽENJE

1. Premoženje, ki so nepremičnine iz 6. člena v lasti rezidenta države pogodbenice in so v drugi državi pogodbenici, se lahko obdavči v tej drugi državi.

2. Premoženje, ki so premičnine, ki so del poslovnega premoženja stalne poslovne enote, ki jo ima podjetje države pogodbenice v drugi državi pogodbenici, ali premičnine v zvezi s stalno bazo, ki so na voljo rezidentu države pogodbenice v drugi državi pogodbenici za opravljanje samostojnih osebnih storitev, se lahko obdavči v tej drugi državi.

3. Premoženje, ki so ladje in letala, s katerimi se opravljajo prevozi v mednarodnem prometu, in čolni, s katerimi se opravljajo prevozi po notranjih vodnih poteh, ter premičnine v zvezi z opravljanjem prevozov s takimi ladjami, letali in čolni, se obdavči samo v državi pogodbenici, v kateri je sedež dejanske uprave podjetja.

4. Vse druge sestavine premoženja rezidenta države pogodbenice se obdavčijo samo v tej državi.

V. POGLAVJE

ODPRAVA DVOJNEGA OBDAVČEVANJA

24. ČLEN

ODPRAVA DVOJNEGA OBDAVČEVANJA

1. Kadar rezident države pogodbenice dobi dohodek ali ima v lasti premoženje, ki se v skladu z določbami te konvencije lahko obdavči v drugi državi pogodbenici, prva omenjena država dovoli:

- a) kot odbitek od davka od dohodka tega rezidenta znesek, ki je enak davku od dohodka, plačanemu v tej drugi državi;
- b) kot odbitek od davka od premoženja tega rezidenta znesek, ki je enak davku od premoženja, plačanemu v tej drugi državi.

Tak odbitek pa v nobenem primeru ne sme presežati tistega dela davka od dohodka ali premoženja, ki je bil izračunan pred odbitkom, pripisanim dohodku ali premoženju, odvisno od primera, ki se lahko obdavči v tej drugi državi.

2. Kadar je v skladu s katero koli določbo konvencije dohodek, ki ga dobi rezident države pogodbenice, ali premoženje, ki ga ima v lasti, oproščeno davka v tej državi, lahko ta država pri izračunu davka od preostalega dohodka ali premoženja takega rezidenta vseeno upošteva oproščeni dohodek ali premoženje.

VI. POGLAVJE

POSEBNE DOLOČBE

25. ČLEN

ENAKO OBRAVNAVANJE

1. Državljeni države pogodbenice ne smejo biti v drugi državi pogodbenici zavezani kakršnemu koli obdavčevanju ali kakršni koli zahtevi v zvezi s tem, ki je drugačna ali bolj obremenjujoča, kot so ali so lahko obdavčevanje in s tem povezane zahteve za državljane te druge države v enakih okoliščinah, še zlasti glede rezidentstva. Ta določba se ne glede na določbo 1. člena uporablja tudi za osebe, ki niso rezidenti ene ali obeh držav pogodbenic.

2. Osebe brez državljanstva, ki so rezidenti države pogodbenice, ne smejo biti v nobeni državi pogodbenici zavezane kakršnemu koli obdavčevanju ali kakršni koli zahtevi v zvezi s tem, ki je drugačna ali bolj obremenjujoča, kot so ali so lahko obdavčevanje in s tem povezane zahteve za državljane te države v enakih okoliščinah, še zlasti glede rezidentstva.

3. Obdavčevanje stalne poslovne enote, ki jo ima podjetje države pogodbenice v drugi državi pogodbenici, ne sme biti manj ugodno v tej drugi državi, kot je obdavčevanje podjetij te druge države, ki opravljajo enake dejavnosti. Noben del te določbe se ne razlaga, kot da zavezuje državo pogodbenico, da priznava rezidentom druge države pogodbenice kakršne koli osebne olajšave, druge olajšave in znižanja za davčne namene zaradi osebnega stanja ali družinskih obveznosti, ki jih priznava svojim rezidentom.

4. Razen kadar se uporabljajo določbe prvega odstavka 9. člena, sedmega odstavka 11. člena ali šestega odstavka 12. člena, se obresti, licenčnine in avtorski honorarji ter druga izplačila, ki jih plača podjetje države pogodbenice rezidentu druge države pogodbenice, pri določanju obdavčljivega dobička takega podjetja odbijejo pod istimi pogoji, kot če bi bili plačani rezidentu prve omenjene države. Podobno se tudi kakršni koli dolgovi podjetja države pogodbenice rezidentu druge države pogodbenice pri določanju obdavčljivega premoženja takega podjetja odbijejo pod istimi pogoji, kot če bi bili pogodbeno dogovorjeni z rezidentom prve omenjene države.

5. Podjetja države pogodbenice, katerih kapital je v celoti ali delno, neposredno ali posredno v lasti ali pod nadzorom enega ali več rezidentov druge države pogodbenice, ne smejo biti v prvi omenjeni državi zavezana kakršnemu koli obdavčevanju ali kakršni koli zahtevi v zvezi s tem, ki je drugačna ali bolj obremenjujoča, kot so ali so lahko obdavčevanje in s tem povezane zahteve do podobnih podjetij prve omenjene države.

6. Določbe tega člena se uporabljajo ne glede na določbo 2. člena za davke vseh vrst in opisov.

26. ČLEN

POSTOPEK SKUPNEGA DOGOVORA

1. Kadar oseba meni, da imajo ali bodo imela dejanja ene ali obeh držav pogodbenic zanj za posledico obdavčevanje, ki ni v skladu z določbami te konvencije, lahko ne glede na

sredstva, ki ji jih omogoča domače pravo teh držav, predloži zadevo pristojnemu organu države pogodbenice, katere rezident je, ali če se njen primer nanaša na prvi odstavek 24. člena, tiste države pogodbenice, katere državljan je. Zadeva mora biti predložena v treh letih od prvega uradnega obvestila o dejanju, ki je imelo za posledico obdavčevanje, ki ni v skladu z določbami konvencije.

2. Pristojni organ si, če se mu zdi pritožba upravičena in če sam ne more priti do zadovoljive rešitve, prizadeva rešiti primer s skupnim dogovorom s pristojnim organom druge države pogodbenice z namenom izogniti se obdavčevanju, ki ni v skladu s konvencijo. Vsak dosežen dogovor se izvaja ne glede na roke v domačem pravu držav pogodbenic.

3. Pristojna organa držav pogodbenic si prizadevata s skupnim dogovorom razrešiti kakršne koli težave ali dvome, ki nastanejo pri razlagi ali uporabi konvencije. Prav tako se lahko med seboj posvetujeta o odpravi dvojnega obdavčevanja v primerih, ki jih konvencija ne predvideva.

4. Pristojna organa držav pogodbenic lahko neposredno komunicirata med seboj, da bi dosegla dogovor v smislu prejšnjih odstavkov, vključno prek skupne komisije, ki jo sestavljata sama ali njuni predstavniki.

27. ČLEN

IZMENJAVA INFORMACIJ

1. Pristojna organa držav pogodbenic si izmenjavata take informacije, ki so potrebne za izvajanje določb te konvencije ali domače zakonodaje držav pogodbenic glede davkov, za katere se uporablja ta konvencija, če obdavčevanje na njeni podlagi ni v nasprotju s konvencijo. Izmenjava informacij ni omejena s 1. členom. Vsaka informacija, ki jo prejme država pogodbenica, se obravnava kot tajnost na isti način kot informacije, pridobljene po domači zakonodaji te države, in se razkrije samo osebam ali organom (vključno s sodišči in upravnimi organi), udeleženi pri odmeri ali pobiranju, izterjavi ali pregonu ali pri odločanju o pritožbah glede davkov, za katere se uporablja konvencija. Te osebe ali organi uporabljajo informacije samo v te namene. Informacije lahko razkrijejo v sodnih postopkih ali pri sodnih odločitvah.

2. V nobenem primeru se določbe prvega odstavka ne razlagajo, kot da nalagajo državi pogodbenici obveznost:

- da izvaja upravne ukrepe, ki niso v skladu z zakonodajo in upravno prakso te ali druge države pogodbenice,
- da priskrbi informacije, ki jih ni mogoče dobiti po zakonski ali običajni upravni poti te ali druge države pogodbenice,
- da priskrbi informacije, ki bi razkrile kakršno koli trgovinsko, poslovno, industrijsko, komercialno ali poklicno skrivnost ali trgovinske postopke, ali informacije, katerih razkritje bi bilo v nasprotju z javnim redom.

28. ČLEN

ČLANI DIPLOMATSKIH PREDSTAVNIŠTEV IN KONZULATOV

Nobena določba te konvencije ne vpliva na davčne ugodnosti članov diplomatskih predstavništva ali konzulatov po splošnih pravilih mednarodnega prava ali določbah posebnih sporazumov.

VI. POGLAVJE

KONČNE DOLOČBE

29. ČLEN

ZAČETEK VELJAVNOSTI

1. Državi pogodbenici druga drugo pisno obvestita po diplomatski poti, da so končani postopki, ki se po njuni zakonodaji zahtevajo za začetek veljavnosti te konvencije. Konvencija začne veljati trideset dni po datumu prejema zadnjega uradnega obvestila.

2. Ta konvencija se uporablja:

- na Portugalskem:
 - v zvezi z davki, zadržanimi pri viru, za obdavčljive dogodke, ki nastanejo prvi dan januarja ali po njem v letu, ki sledi letu, v katerem začne veljati konvencija;
 - v zvezi z drugimi davki za doseženi dohodek ali premoženje v lasti v katerem koli davčnem letu z začetkom prvi dan januarja ali po njem v letu, ki sledi letu, v katerem začne veljati konvencija;
- v Sloveniji:
 - v zvezi z davki, zadržanimi pri viru, za dohodek, dosežen prvega januarja ali po njem v koledarskem letu, ki sledi letu, v katerem začne veljati konvencija;
 - v zvezi z drugimi davki od dohodka in davki od premoženja za davke, obračunane za katero koli davčno leto, ki se začne prvega januarja ali po njem v koledarskem letu, ki sledi letu, v katerem začne veljati konvencija.

30. ČLEN

PRENEHANJE VELJAVNOSTI

Ta konvencija velja, dokler je država pogodbenica ne odpove. Vsaka država pogodbenica lahko odpove konvencijo po diplomatski poti s pisnim obvestilom o odpovedi

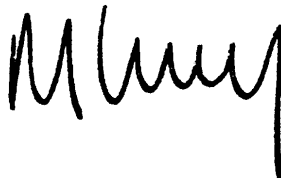
najmanj šest mesecev pred koncem katerega koli koledarskega leta po petih letih od datuma začetka veljavnosti konvencije. V takem primeru se konvencija preneha uporabljati:

- na Portugalskem:
 - v zvezi z davki, zadržanimi pri viru, za obdavčljive dogodke, ki nastanejo prvi dan januarja ali po njem v letu, ki sledi letu, ki je navedeno v omenjenem obvestilu o odpovedi;
 - v zvezi z drugimi davki za doseženi dohodek ali premoženje v lasti v katerem koli davčnem letu z začetkom prvi dan januarja ali po njem v letu, ki sledi letu, ki je navedeno v omenjenem obvestilu o odpovedi;
- v Sloveniji:
 - v zvezi z davki, zadržanimi pri viru, za dohodek, dosežen prvega januarja ali po njem v koledarskem letu, ki sledi letu, v katerem je bilo dano obvestilo o odpovedi;
 - v zvezi z drugimi davki od dohodka in davki od premoženja za davke, obračunane za katero koli davčno leto, ki se začne prvega januarja ali po njem v koledarskem letu, ki sledi letu, v katerem je bilo dano obvestilo o odpovedi.

V DOKAZ NAVEDENEGA sta podpisana, ki sta bila za to pravilno pooblaščenata, podpisala to konvencijo.

SESTAVLJENO v dveh izvornikih v *Ljubljani* dne *5. marca* 2003 v portugalskem, slovenskem in angleškem jeziku, pri čemer so vsa besedila enako verodostojna. Pri različni razlagi besedil prevlada angleško besedilo.

Za Portugalsko republiko:



Za Republiko Slovenijo:



PROTOKOL

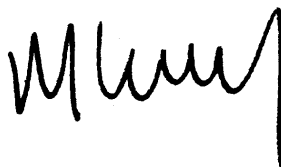
Ob podpisu Konvencije med Portugalsko republiko in Republiko Slovenijo o izogibanju dvojnega obdavčevanja in preprečevanju davčnih utaj v zvezi z davki od dohodka in premoženja sta se podpisana dogovorila, da so naslednje določbe sestavni del te konvencije.

- K 8. členu
Kadar se družbe iz različnih držav dogovorijo za skupno opravljanje letalskih prevozov v obliki konzorcija ali podobnega združenja, se določbe prvega odstavka uporabljajo za tisti del dobička konzorcija ali združenja, ki ustreza deležu, ki ga ima družba, ki je rezident države pogodbenice, v tem konzorciju ali združenju.
- K tretjemu odstavku 10. člena
Izraz "dividende" vključuje tudi dobiček, ki se pripíše na podlagi dogovora o udeležbi v dobičku.

V DOKAZ NAVEDENEGA sta podpisana, ki sta bila za to pravilno pooblaščenata, podpisala to konvencijo.

SESTAVLJENO v dveh izvornikih v *Ljubljani* dne *5. marca* 2003 v portugalskem, slovenskem in angleškem jeziku, pri čemer so vsa besedila enako verodostojna. Pri različni razlagi besedil prevlada angleško besedilo.

Za Portugalsko republiko:



Za Republiko Slovenijo:



CONVENTION BETWEEN THE PORTUGUESE REPUBLIC AND THE REPUBLIC OF SLOVENIA FOR THE AVOIDANCE OF DOUBLE TAXATION AND THE PREVENTION OF FISCAL EVASION WITH RESPECT TO TAXES ON INCOME AND ON CAPITAL.

The Portuguese Republic and the Republic of Slovenia, desiring to conclude a Convention for the avoidance of double taxation and the prevention of fiscal evasion with respect to taxes on income and on capital, have agreed as follows:

CHAPTER I

Scope of the Convention

Article 1

Persons covered

This Convention shall apply to persons who are residents of one or both of the Contracting States.

Article 2

Taxes covered

1 — This Convention shall apply to taxes on income and on capital imposed on behalf of a Contracting State or of its political or administrative subdivisions or local authorities, irrespective of the manner in which they are levied.

2 — There shall be regarded as taxes on income and on capital all taxes imposed on total income, on total capital, or on elements of income or of capital, including taxes on gains from the alienation of movable or immovable property, taxes on the total amounts of wages or salaries paid by enterprises, as well as taxes on capital appreciation.

3 — The existing taxes to which the Convention shall apply are in particular:

a) In the case of Portugal:

- i)* The personal income tax (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares — IRS);
- ii)* The corporate income tax (imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas — IRC); and
- iii)* The local surtax on corporate income tax (derrama);

(hereinafter referred to as «Portuguese tax»);

b) In the case of Slovenia:

- i)* The tax on income of legal persons;
- ii)* The tax on income of individuals;
- iii)* The tax on property;

(hereinafter referred to as «Slovenian tax»).

4 — The Convention shall apply also to any identical or substantially similar taxes that are imposed after the date of signature of the Convention in addition to, or in place of, the existing taxes. The competent authorities

of the Contracting States shall notify each other of any significant changes that have been made in their taxation laws.

CHAPTER II

Definitions

Article 3

General definitions

1 — For the purposes of this Convention, unless the context otherwise requires:

- a)* The term «Portugal» means the territory of the Portuguese Republic situated in the European Continent, the archipelagos of Azores and Madeira, the territorial sea and inland waters thereof as well as the continental shelf and any other area wherein the Portuguese State exercises sovereign rights or jurisdiction in accordance with the rules of international law;
- b)* The term «Slovenia» means the Republic of Slovenia and, when used in a geographical sense, the territory of Slovenia, including the sea area, sea bed and subsoil adjacent to the territorial sea, over which Slovenia may exercise its sovereign rights and jurisdiction in accordance with international law;
- c)* The terms «a Contracting State» and «the other Contracting State» mean Portugal or Slovenia as the context requires;
- d)* The term «person» includes an individual, a company and any other body of persons;
- e)* The term «company» means any body corporate or any entity which is treated as a body corporate for tax purposes;
- f)* The terms «enterprise of a Contracting State» and «enterprise of the other Contracting State» mean respectively an enterprise carried on by a resident of a Contracting State and an enterprise carried on by a resident of the other Contracting State;
- g)* The term «international traffic» means any transport by a ship or aircraft operated by an enterprise which has its place of effective management in a Contracting State, except when the ship or aircraft is operated solely between places in the other Contracting State;
- h)* The term «competent authority» means:
 - i)* In Portugal, the Minister of Finance, the Director General of Taxation (director-geral dos Impostos) or their authorized representative;
 - ii)* In Slovenia, the Ministry of Finance of the Republic of Slovenia or its authorized representative;
- i)* The term «national» means:
 - i)* Any individual possessing the nationality of a Contracting State;
 - ii)* Any legal person, partnership or association deriving its status as such from the laws in force in a Contracting State.

2 — As regards the application of the Convention at any time by a Contracting State, any term not defined therein shall, unless the context otherwise requires, have the meaning which it has at that time under the law of that State for the purposes of the taxes to which

the Convention applies, any meaning under the applicable tax laws of that State prevailing over a meaning given to the term under other laws of that State.

Article 4

Resident

1 — For the purposes of this Convention, the term «resident of a Contracting State» means any person who, under the laws of that State, is liable to tax therein by reason of his domicile, residence, place of management or any other criterion of a similar nature and also includes that State and any political or administrative subdivision or local authority thereof. This term, however, does not include any person who is liable to tax in that State in respect only of income from sources in that State or capital situated therein.

2 — Where by reason of the provisions of paragraph 1 an individual is a resident of both Contracting States, then his status shall be determined as follows:

- a) He shall be deemed to be a resident only of the State in which he has a permanent home available to him; if he has a permanent home available to him in both States, he shall be deemed to be a resident only of the State with which his personal and economic relations are closer (centre of vital interests);
- b) If the State in which he has his centre of vital interests cannot be determined, or if he has not a permanent home available to him in either State, he shall be deemed to be a resident only of the State in which he has an habitual abode;
- c) If he has an habitual abode in both States or in neither of them, he shall be deemed to be a resident only of the State of which he is a national;
- d) If he is a national of both States or of neither of them, the competent authorities of the Contracting States shall settle the question by mutual agreement.

3 — Where by reason of the provisions of paragraph 1 a person other than an individual is a resident of both Contracting States, then it shall be deemed to be a resident only of the State in which its place of effective management is situated.

Article 5

Permanent establishment

1 — For the purposes of this Convention, the term «permanent establishment» means a fixed place of business through which the business of an enterprise is wholly or partly carried on.

2 — The term «permanent establishment» includes especially:

- a) A place of management;
- b) A branch;
- c) An office; .
- d) A factory;
- e) A workshop; and
- f) A mine, an oil or gas well, a quarry or any other place of extraction of natural resources.

3 — A building site, a construction, assembly or installation project or a supervisory activity connected therewith constitutes a permanent establishment only if such site, project or activity lasts in the territory of a Contracting State for a period of more than twelve months.

4 — Notwithstanding the preceding provisions of this article, the term «permanent establishment» shall be deemed not to include:

- a) The use of facilities solely for the purpose of storage, display or delivery of goods or merchandise belonging to the enterprise;
- b) The maintenance of a stock of goods or merchandise belonging to the enterprise solely for the purpose of storage, display or delivery;
- c) The maintenance of a stock of goods or merchandise belonging to the enterprise solely for the purpose of processing by another enterprise;
- d) The maintenance of a fixed place of business solely for the purpose of purchasing goods or merchandise or of collecting information for the enterprise;
- e) The maintenance of a fixed place of business solely for the purpose of carrying on, for the enterprise, any other activity of a preparatory or auxiliary character;
- f) The maintenance of a fixed place of business solely for any combination of activities mentioned in subparagraphs a) to e), provided that the overall activity of the fixed place of business resulting from this combination is of a preparatory or auxiliary character.

5 — Notwithstanding the provisions of paragraphs 1 and 2, where a person — other than an agent of an independent status to whom paragraph 6 applies — is acting on behalf of an enterprise and has, and habitually exercises, in a Contracting State an authority to conclude contracts in the name of the enterprise, that enterprise shall be deemed to have a permanent establishment in that State in respect of any activities which that person undertakes for the enterprise, unless the activities of such person are limited to those mentioned in paragraph 4 which, if exercised through a fixed place of business, would not make this fixed place of business a permanent establishment under the provisions of that paragraph.

6 — An enterprise shall not be deemed to have a permanent establishment in a Contracting State merely because it carries on business in that State through a broker, general commission agent or any other agent of an independent status, provided that such persons are acting in the ordinary course of their business.

7 — The fact that a company which is a resident of a Contracting State controls or is controlled by a company which is a resident of the other Contracting State, or which carries on business in that other State (whether through a permanent establishment or otherwise), shall not of itself constitute either company a permanent establishment of the other.

CHAPTER III

Taxation of income

Article 6

Income from immovable property

1 — Income derived by a resident of a Contracting State from immovable property (including income from

agriculture or forestry) situated in the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — The term «immovable property» shall have the meaning which it has under the law of the Contracting State in which the property in question is situated. The term shall in any case include property accessory to immovable property, livestock and equipment used in agriculture and forestry, rights to which the provisions of general law respecting landed property apply, usufruct of immovable property and rights to variable or fixed payments as consideration for the working of, or the right to work, mineral deposits, sources and other natural resources; ships, boats and aircraft shall not be regarded as immovable property.

3 — The provisions of paragraph 1 shall apply to income derived from the direct use, letting, or use in any other form of immovable property.

4 — The provisions of paragraphs 1 and 3 shall also apply to the income from immovable property of an enterprise and to income from immovable property used for the performance of independent personal services.

5 — The foregoing provisions shall also apply to income from movable property or income derived from services connected with the use or the right to use immovable property which, under the taxation law of the Contracting State in which the property in question is situated, is assimilated to income from immovable property.

Article 7

Business profits

1 — The profits of an enterprise of a Contracting State shall be taxable only in that State unless the enterprise carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein. If the enterprise carries on business as aforesaid, the profits of the enterprise may be taxed in the other State but only so much of them as is attributable to that permanent establishment.

2 — Subject to the provisions of paragraph 3, where an enterprise of a Contracting State carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein, there shall in each Contracting State be attributed to that permanent establishment the profits which it might be expected to make if it were a distinct and separate enterprise engaged in the same or similar activities under the same or similar conditions and dealing wholly independently with the enterprise of which it is a permanent establishment.

3 — In determining the profits of a permanent establishment, there shall be allowed as deductions expenses which are incurred for the purposes of the permanent establishment, including executive and general administrative expenses so incurred, whether in the State in which the permanent establishment is situated or elsewhere.

4 — Insofar as it has been customary in a Contracting State to determine the profits to be attributed to a permanent establishment on the basis of an apportionment of the total profits of the enterprise to its various parts, nothing in paragraph 2 shall preclude that Contracting State from determining the profits to be taxed by such an apportionment as may be customary; the method of apportionment adopted shall, however, be such that the result shall be in accordance with the principles contained in this article.

5 — No profits shall be attributed to a permanent establishment by reason of the mere purchase by that permanent establishment of goods or merchandise for the enterprise.

6 — For the purposes of the preceding paragraphs, the profits to be attributed to the permanent establishment shall be determined by the same method year by year unless there is good and sufficient reason to the contrary.

7 — Where profits include items of income which are dealt with separately in other articles of this Convention, then the provisions of those articles shall not be affected by the provisions of this article.

Article 8

Shipping and air transport

1 — Profits from the operation of ships or aircraft in international traffic shall be taxable only in the Contracting State in which the place of effective management of the enterprise is situated.

2 — If the place of effective management of a shipping enterprise is aboard a ship, then it shall be deemed to be situated in the Contracting State in which the home harbour of the ship is situated, or, if there is no such home harbour, in the Contracting State of which the operator of the ship is a resident.

3 — The provisions of paragraph 1 shall also apply to profits derived from the participation in a pool, a joint business or an international operating agency.

Article 9

Associated enterprises

1 — Where:

- a) An enterprise of a Contracting State participates directly or indirectly in the management, control or capital of an enterprise of the other Contracting State; or
- b) The same persons participate directly or indirectly in the management, control or capital of an enterprise of a Contracting State and an enterprise of the other Contracting State;

and in either case conditions are made or imposed between the two enterprises in their commercial or financial relations which differ from those which would be made between independent enterprises, then any profits which would, but for those conditions, have accrued to one of the enterprises, but, by reason of those conditions, have not so accrued, may be included in the profits of that enterprise and taxed accordingly.

2 — Where a Contracting State includes in the profits of an enterprise of that State — and taxes accordingly — profits on which an enterprise of the other Contracting State has been charged to tax in that other State and the profits so included are profits which would have accrued to the enterprise of the first-mentioned State if the conditions made between the two enterprises had been those which would have been made between independent enterprises, then that other State shall make an appropriate adjustment to the amount of the tax charged therein on those profits, if that other State considers the adjustment justified. In determining such adjustment, due regard shall be had to the other provisions of this Convention and the competent authorities of the Contracting States shall if necessary consult each other.

Article 10

Dividends

1 — Dividends paid by a company which is a resident of a Contracting State to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — However, such dividends may also be taxed in the Contracting State of which the company paying the dividends is a resident and according to the laws of that State, but if the beneficial owner of the dividends is a resident of the other Contracting State, the tax so charged shall not exceed:

- a) 5 per cent of the gross amount of the dividends if the beneficial owner is a company which holds directly at least 25 per cent of the capital of the company paying the dividends;
- b) 15 per cent of the gross amount of dividends in all other cases.

The competent authorities of the Contracting States shall by mutual agreement settle the mode of application of these limitations. This paragraph shall not affect the taxation of the company in respect of the profits out of which the dividends are paid.

3 — The term «dividends» as used in this article means income from shares, «jouissance» shares or «jouissance» rights, mining shares, founder's shares or other rights, not being debt-claims, participating in profits, as well as income from other corporate rights which is subjected to the same taxation treatment as income from shares by the laws of the State of which the company making the distribution is a resident.

4 — The provisions of paragraphs 1 and 2 shall not apply if the beneficial owner of the dividends, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State of which the company paying the dividends is a resident, through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the holding in respect of which the dividends are paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such case the provisions of article 7 or article 14, as the case may be, shall apply.

5 — Where a company which is a resident of a Contracting State derives profits or income from the other Contracting State, that other State may not impose any tax on the dividends paid by the company, except insofar as such dividends are paid to a resident of that other State or insofar as the holding in respect of which the dividends are paid is effectively connected with a permanent establishment or a fixed base situated in that other State, nor subject the company's undistributed profits to a tax on the company's undistributed profits, even if the dividends paid or the undistributed profits consist wholly or partly of profits or income arising in such other State.

Article 11

Interest

1 — Interest arising in a Contracting State and paid to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — However, such interest may also be taxed in the Contracting State in which it arises and according to the laws of that State, but if the beneficial owner of the interest is a resident of the other Contracting State,

the tax so charged shall not exceed 10 per cent of the gross amount of the interest. The competent authorities of the Contracting States shall by mutual agreement settle the mode of application of this limitation.

3 — Notwithstanding the provisions of paragraph 2, interest arising in a Contracting State shall be exempt from tax in that State, provided that it is derived and beneficially owned by the Government of the other Contracting State, including its political or administrative subdivisions or local authorities thereof, as well as:

In the case of Portugal:

- i) Bank of Portugal (Banco de Portugal);
- ii) Export-Import Insurance Credit Company (COSEC — Companhia de Seguros de Crédito);
- iii) Small and Medium Companies Investment Support Agency (IAPMEI — Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento);

In the case of Slovenia:

- i) Bank of Slovenia (Banka Slovenije);
- ii) Slovene Export Company (Družba za zavarovanje in financiranje izvoza Slovenije).

4 — The term «interest» as used in this article means income from debt-claims of every kind, whether or not secured by mortgage and whether or not carrying a right to participate in the debtor's profits, and in particular, income from government securities and income from bonds or debentures, including premiums and prizes attaching to such securities, bonds or debentures. Penalty charges for late payment shall not be regarded as interest for the purpose of this article.

5 — The provisions of paragraphs 1, 2 and 3 shall not apply if the beneficial owner of the interest, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State in which the interest arises, through a permanent establishment situated therein or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the debt-claim in respect of which the interest is paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such case the provisions of article 7 or article 14, as the case may be, shall apply.

6 — Interest shall be deemed to arise in a Contracting State when the payer is a resident of that State. Where, however, the person paying the interest, whether he is a resident of a Contracting State or not, has in a Contracting State a permanent establishment or a fixed base in connection with which the indebtedness on which the interest is paid was incurred, and such interest is borne by such permanent establishment or fixed base, then such interest shall be deemed to arise in the State in which the permanent establishment or fixed base is situated.

7 — Where, by reason of a special relationship between the payer and the beneficial owner or between both of them and some other person, the amount of the interest, having regard to the debt-claim for which it is paid, exceeds the amount which would have been agreed upon by the payer and the beneficial owner in the absence of such relationship, the provisions of this article shall apply only to the last mentioned amount. In such case, the excess part of the payments shall remain taxable according to the laws of each Contracting State, due regard being had to the other provisions of this Convention.

Article 12

Royalties

1 — Royalties arising in a Contracting State and paid to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — However, such royalties may also be taxed in the Contracting State in which they arise and according to the laws of that State, but if the beneficial owner of the royalties is a resident of the other Contracting State, the tax so charged shall not exceed 5 per cent of the gross amount of the royalties. The competent authorities of the Contracting States shall by mutual agreement settle the mode of application of this limitation.

3 — The term «royalties» as used in this article means payments of any kind received as a consideration for the use of, or the right to use, any copyright of literary, artistic or scientific work including cinematograph films, and films or tapes for radio or television broadcasting, any patent, trade mark, design or model, plan, secret formula or process, or for information concerning industrial, commercial or scientific experience.

4 — The provisions of paragraphs 1, 2 and 3 shall not apply if the beneficial owner of the royalties, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State in which the royalties arise through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the right or property in respect of which the royalties are paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such case the provisions of article 7 or article 14, as the case may be, shall apply.

5 — Royalties shall be deemed to arise in a Contracting State when the payer is a resident of that State. Where, however, the person paying the royalties, whether he is a resident of a Contracting State or not, has in a Contracting State a permanent establishment or fixed base in connection with which the liability to pay the royalties was incurred, and such royalties are borne by that permanent establishment or fixed base, then such royalties shall be deemed to arise in the State in which the permanent establishment or fixed base is situated.

6 — Where, by reason of a special relationship between the payer and the beneficial owner or between both of them and some other person, the amount of the royalties, having regard to the use, right or information for which they are paid, exceeds the amount which would have been agreed upon by the payer and the beneficial owner in the absence of such relationship, the provisions of this article shall apply only to the last-mentioned amount. In such case, the excess part of the payments shall remain taxable according to the laws of each Contracting State, due regard being had to the other provisions of this Convention.

Article 13

Capital gains

1 — Gains derived by a resident of a Contracting State from the alienation of immovable property referred to in article 6 and situated in the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — Gains derived by a resident of a Contracting State from the alienation of shares or of a comparable interest of any kind deriving more than 50 per cent of their value directly or indirectly from immovable property situated in the other Contracting State may be taxed in that other State.

3 — Gains from the alienation of movable property forming part of the business property of a permanent establishment which an enterprise of a Contracting State has in the other Contracting State or of movable property pertaining to a fixed base available to a resident of a Contracting State in the other Contracting State for the purpose of performing independent personal services, including such gains from the alienation of such a permanent establishment (alone or with the whole enterprise) or of such fixed base, may be taxed in that other State.

4 — Gains from the alienation of ships or aircraft operated in international traffic or movable property pertaining to the operation of such ships or aircraft shall be taxable only in the Contracting State in which the place of effective management of the enterprise is situated.

5 — Gains from the alienation of any property other than that referred to in paragraphs 1, 2, 3 and 4 shall be taxable only in the Contracting State of which the alienator is a resident.

Article 14

Independent personal services

1 — Income derived by a resident of a Contracting State in respect of professional services or other activities of an independent character shall be taxable only in that State unless he has a fixed base regularly available to him in the other Contracting State for the purpose of performing his activities. If he has such a fixed base, the income may be taxed in the other Contracting State but only so much of it as is attributable to that fixed base.

2 — The term «professional services» includes especially independent scientific, literary, artistic, educational or teaching activities as well as the independent activities of physicians, lawyers, engineers, architects, dentists and accountants.

Article 15

Dependent personal services

1 — Subject to the provisions of articles 16, 18, 19 and 20, salaries, wages and other similar remuneration derived by a resident of a Contracting State in respect of an employment shall be taxable only in that State unless the employment is exercised in the other Contracting State. If the employment is so exercised, such remuneration as is derived there from may be taxed in that other State.

2 — Notwithstanding the provisions of paragraph 1, remuneration derived by a resident of a Contracting State in respect of an employment exercised in the other Contracting State shall be taxable only in the first-mentioned State if:

- a) The recipient is present in the other State for a period or periods not exceeding in the aggregate 183 days in any twelve month period commencing or ending in the fiscal year concerned; and
- b) The remuneration is paid by, or on behalf of, an employer who is not a resident of the other State; and
- c) The remuneration is not borne by a permanent establishment or a fixed base which the employer has in the other State.

3 — Notwithstanding the preceding provisions of this article, remuneration derived in respect of an employment exercised aboard a ship or aircraft operated in

international traffic may be taxed in the Contracting State in which the place of effective management of the enterprise is situated.

Article 16

Director's fees

Director's fees and other similar payments derived by a resident of a Contracting State in his capacity as a member of the board of directors or supervisory board or of another similar organ of a company which is a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

Article 17

Artistes and sportsmen

1 — Notwithstanding the provisions of articles 14 and 15, income derived by a resident of a Contracting State as an entertainer, such as a theatre, motion picture, radio or television artiste, or a musician, or as a sportsman, from his personal activities as such exercised in the other Contracting State, may be taxed in that other State.

2 — Where income in respect of personal activities exercised by an entertainer or a sportsman in his capacity as such accrues not to the entertainer or sportsman himself but to another person, that income may, notwithstanding the provisions of articles 7, 14 and 15, be taxed in the Contracting State in which the activities of the entertainer or sportsman are exercised.

3 — The provisions of paragraphs 1 and 2 shall not apply to income derived from activities exercised in a Contracting State by an entertainer or sportsman if the visit to that State is wholly or mainly supported by public funds of the other Contracting State or a political or administrative subdivision or a local authority thereof. In such a case, the income shall be taxable only in the Contracting State in which the entertainer or sportsman is a resident.

Article 18

Pensions

Subject to the provisions of paragraph 2 of article 19, pensions and other similar remuneration paid to a resident of a Contracting State in consideration of past employment shall be taxable only in that State.

Article 19

Government service

1 — *a)* Salaries, wages and other similar remuneration, other than a pension, paid by a Contracting State or a political or administrative subdivision or a local authority thereof to an individual in respect of services rendered to that State or subdivision or authority shall be taxable only in that State.

b) However, such salaries, wages and other similar remuneration shall be taxable only in the other Contracting State if the services are rendered in that State and the individual is a resident of that State who:

- i)* Is a national of that State; or
- ii)* Did not become a resident of that State solely for the purpose of rendering the services.

2 — *a)* Any pension paid by, or out of funds created by, a Contracting State or a political or administrative subdivision or a local authority thereof to an individual in respect of services rendered to that State or subdivision or authority shall be taxable only in that State.

b) However, such pension shall be taxable only in the other Contracting State if the individual is a resident of, and a national of, that State.

3 — The provisions of articles 15, 16, 17 and 18 shall apply to salaries, wages and other similar remuneration, and to pensions, in respect of services rendered in connection with a business carried on by a Contracting State or a political or administrative subdivision or a local authority thereof.

Article 20

Professors and researchers

1 — An individual who is or was a resident of a Contracting State immediately before visiting the other Contracting State, solely for the purpose of teaching or scientific research at an university, college, school, or other similar educational or scientific research institution which is recognized as non-profitable by the Government of that other State, or under an official programme of cultural exchange, for a period not exceeding two years from the date of his first arrival in that other State, shall be exempt from tax in that other State on his remuneration for such teaching or research.

2 — No exemption shall be granted under paragraph 1 with respect to any remuneration for research if such research is undertaken not in the public interest but for the private benefit of a specific person or persons.

Article 21

Students

Payments which a student or business apprentice who is or was immediately before visiting a Contracting State a resident of the other Contracting State and who is present in the first-mentioned State solely for the purpose of his education or training receives for the purpose of his maintenance, education or training shall not be taxed in that State, provided that such payments arise from sources outside that State.

Article 22

Other income

1 — Items of income of a resident of a Contracting State, wherever arising, not dealt with in the foregoing articles of this Convention shall be taxable only in that State.

2 — The provisions of paragraph 1 shall not apply to income, other than income from immovable property as defined in paragraph 2 of article 6, if the recipient of such income, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein and the right or property in respect of which the income is paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such case the provisions of article 7 or article 14, as the case may be, shall apply.

CHAPTER IV

Taxation of capital

Article 23

Capital

1 — Capital represented by immovable property referred to in article 6, owned by a resident of a Con-

tracting State and situated in the other Contracting State, may be taxed in that other State.

2 — Capital represented by movable property forming part of the business property of a permanent establishment which an enterprise of a Contracting State has in the other Contracting State or by movable property pertaining to a fixed base available to a resident of a Contracting State in the other Contracting State for the purpose of performing independent personal services, may be taxed in that other State.

3 — Capital represented by ships and aircraft operated in international traffic and by boats engaged in inland waterways transport, and by movable property pertaining to the operation of such ships, aircraft and boats, shall be taxable only in the Contracting State in which the place of effective management of the enterprise is situated.

4 — All other elements of capital of a resident of a Contracting State shall be taxable only in that State.

CHAPTER V

Elimination of double taxation

Article 24

Elimination of double taxation

1 — Where a resident of a Contracting State derives income or owns capital which, in accordance with the provisions of this Convention, may be taxed in the other Contracting State, the first-mentioned State shall allow:

- a) As a deduction from the tax on the income of that resident, an amount equal to the income tax paid in that other State;
- b) As a deduction from the tax on the capital of that resident, an amount equal to the capital tax paid in that other State.

Such deduction in either case shall not, however, exceed that part of the income tax or capital tax, as computed before the deduction is given, which is attributable, as the case may be, to the income or the capital which may be taxed in that other State.

2 — Where in accordance with any provision of the Convention income derived or capital owned by a resident of a Contracting State is exempt from tax in that State, such State may nevertheless, in calculating the amount of tax on the remaining income or capital of such resident, take into account the exempted income or capital.

CHAPTER VI

Special provisions

Article 25

Non-discrimination

1 — Nationals of a Contracting State shall not be subjected in the other Contracting State to any taxation or any requirement connected therewith, which is other or more burdensome than the taxation and connected requirements to which nationals of that other State in the same circumstances, in particular with respect to residence, are or may be subjected. This provision shall, notwithstanding the provisions of article 1, also apply to persons who are not residents of one or both of the Contracting States.

2 — Stateless persons who are residents of a Contracting State shall not be subjected in either Contracting

State to any taxation or any requirement connected therewith, which is other or more burdensome than the taxation and connected requirements to which nationals of the State concerned in the same circumstances, in particular with respect to residence, are or may be subjected.

3 — The taxation on a permanent establishment which an enterprise of a Contracting State has in the other Contracting State shall not be less favorably levied in that other State than the taxation levied on enterprises of that other State carrying on the same activities. Nothing in this provision shall be construed as obliging a Contracting State to grant to residents of the other Contracting State any personal allowances, reliefs and reductions for taxation purposes on account of civil status or family responsibilities which it grants to its own residents.

4 — Except where the provisions of paragraph 1 of article 9, paragraph 7 of article 11, or paragraph 6 of article 12, apply, interest, royalties and other disbursements paid by an enterprise of a Contracting State to a resident of the other Contracting State shall, for the purpose of determining the taxable profits of such enterprise, be deductible under the same conditions as if they had been paid to a resident of the first-mentioned State. Similarly, any debts of an enterprise of a Contracting State to a resident of the other Contracting State shall, for the purpose of determining the taxable capital of such enterprise, be deductible under the same conditions as if they had been contracted to a resident of the first-mentioned State.

5 — Enterprises of a Contracting State, the capital of which is wholly or partly owned or controlled, directly or indirectly, by one or more residents of the other Contracting State, shall not be subjected in the first-mentioned State to any taxation or any requirement connected therewith which is other or more burdensome than the taxation and connected requirements to which other similar enterprises of the first-mentioned State are or may be subjected.

6 — The provisions of this article shall, notwithstanding the provisions of article 2, apply to taxes of every kind and description.

Article 26

Mutual agreement procedure

1 — Where a person considers that the actions of one or both of the Contracting States result or will result for him in taxation not in accordance with the provisions of this Convention, he may, irrespective of the remedies provided by the domestic law of those States, present his case to the competent authority of the Contracting State of which he is a resident or, if his case comes under paragraph 1 of article 24, to that of the Contracting State of which he is a national. The case must be presented within three years from the first notification of the action resulting in taxation not in accordance with the provisions of the Convention.

2 — The competent authority shall endeavour, if the objection appears to it to be justified and if it is not itself able to arrive at a satisfactory solution, to resolve the case by mutual agreement with the competent authority of the other Contracting State, with a view to the avoidance of taxation which is not in accordance with the Convention. Any agreement reached shall be implemented notwithstanding any time limits in the domestic law of the Contracting States.

3 — The competent authorities of the Contracting States shall endeavour to resolve by mutual agreement

any difficulties or doubts arising as to the interpretation or application of the Convention. They may also consult together for the elimination of double taxation in cases not provided for in the Convention.

4 — The competent authorities of the Contracting States may communicate with each other directly, including through a joint commission consisting of themselves or their representatives, for the purpose of reaching an agreement in the sense of the preceding paragraphs.

Article 27

Exchange of information

1 — The competent authorities of the Contracting States shall exchange such information as is necessary for carrying out the provisions of this Convention or of the domestic laws of the Contracting States concerning taxes covered by the Convention insofar as the taxation thereunder is not contrary to the Convention. The exchange of information is not restricted by article 1. Any information received by a Contracting State shall be treated as secret in the same manner as information obtained under the domestic laws of that State and shall be disclosed only to persons or authorities (including courts and administrative bodies) concerned with the assessment or collection of, the enforcement or prosecution in respect of, or the determination of appeals in relation to, the taxes covered by the Convention. Such persons or authorities shall use the information only for such purposes. They may disclose the information in public court proceedings or in judicial decisions.

2 — In no case shall the provisions of paragraph 1 be construed so as to impose on a Contracting State the obligation:

- a) To carry out administrative measures at variance with the laws and administrative practice of that or of the other Contracting State;
- b) To supply information which is not obtainable under the laws or in the normal course of the administration of that or of the other Contracting State;
- c) To supply information which would disclose any trade, business, industrial, commercial or professional secret or trade process, or information, the disclosure of which would be contrary to public policy (ordre public).

Article 28

Members of diplomatic missions and consular posts

Nothing in this Convention shall affect the fiscal privileges of members of diplomatic missions or consular posts under the general rules of international law or under the provisions of special agreements.

CHAPTER VI

Final provisions

Article 29

Entry into force

1 — The Contracting States shall notify each other in writing, through diplomatic channels, that the procedures required by its law for the entry into force of this Convention have been satisfied. The Convention

shall enter into force thirty days after the date of receipt of the last notification.

2 — This Convention shall be applicable:

a) In Portugal:

- i) In respect of taxes withheld at source, the fact giving rise to them appearing on or after the first day of January of the year next following the year in which this Convention enters into force;
- ii) In respect of other taxes, as to income arising or capital owned in any fiscal year beginning on or after the first day of January of the year next following the year in which this Convention enters into force;

b) In Slovenia:

- i) In respect of taxes withheld at source, to income derived on or after 1 January of the calendar year next following the year in which the Convention enters into force;
- ii) In respect of other taxes on income, and taxes on capital, to taxes chargeable for any taxable year beginning on or after 1 January of the calendar year next following the year in which the Convention enters into force.

Article 30

Termination

This Convention shall remain in force until terminated by a Contracting State. Either Contracting State may terminate the Convention, through diplomatic channels, by giving written notice of termination at least six months before the end of any calendar year following after the period of five years from the date on which the Convention enters into force. In such event, the Convention shall cease to have effect:

a) In Portugal:

- i) In respect of taxes withheld at source, the fact giving rise to them appearing on or after the first day of January of the year next following that specified in the said notice of termination;
- ii) In respect of other taxes, as to income arising or capital owned in the fiscal year beginning on or after the first day of January of the year next following that specified in the said notice of termination;

b) In Slovenia:

- i) In respect of taxes withheld at source, to income derived on or after 1 January of the calendar year next following the year in which the notice is given;
- ii) In respect of other taxes on income, and taxes on capital, to taxes chargeable for any taxable year beginning on or after 1 January of the calendar year next following the year in which the notice is given.

In witness whereof the undersigned, duly authorized thereto, have signed this Convention.

Done in duplicate at Ljubliana this 5th day of March 2003, in the Portuguese, Slovenian and English languages, all texts being equally authentic. In case of divergence between any of the texts, the English text shall prevail.

For the Portuguese Republic:

For the Republic of Slovenia:

PROTOCOL

At the signing of the Convention between the Portuguese Republic and the Republic of Slovenia for the Avoidance of Double Taxation and the Prevention of Fiscal Evasion with Respect to Taxes on Income and on Capital, the undersigned have agreed that the following provisions shall form an integral part of the said Convention.

1 — *Ad article 8.* — Whenever companies from different countries have agreed to carry on an air transportation business together in the form of a consortium or a similar form of association, the provisions of paragraph 1 shall apply to such part of the profits of the consortium or association as corresponds to the participation held in that consortium or association by a company that is a resident of a Contracting State.

2 — *Ad article 10, paragraph 3.* — The term «dividends» also includes profits attributed under an arrangement for participation in profits.

In witness whereof the undersigned, duly authorized thereto, have signed this Convention.

Done in duplicate at Ljubliana this 5th day of March 2003, in the Portuguese, Slovenian and English languages, all texts being equally authentic. In case of divergence between any of the texts, the English text shall prevail.

For the Portuguese Republic:

For the Republic of Slovenia:



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8814/85

ISSN 0870-9963

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Os prazos para reclamação de faltas do *Diário da República* são, respectivamente, de 30 dias para o continente e de 60 dias para as Regiões Autónomas e estrangeiro, contados da data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLUÍDO 5%)

€ 1,20



Diário da República Electrónico: Endereço Internet: <http://www.dre.pt>
Correio electrónico: dre@incm.pt • Linha azul: 808 200 110 • Fax: 21 394 57 50



IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

LIVRARIAS

- Loja do Cidadão (Aveiro) Rua de Orlando Oliveira, 41 e 47 — 3800-040 Aveiro
Força Vouga
Telef. 23 440 58 49 Fax 23 440 58 64
- Avenida de Fernão de Magalhães, 486 — 3000-173 Coimbra
Telef. 23 985 64 00 Fax 23 985 64 16
- Rua da Escola Politécnica, 135 — 1250-100 Lisboa
Telef. 21 394 57 00 Fax 21 394 57 50 Metro — Rato
- Rua do Marquês de Sá da Bandeira, 16-A e 16-B — 1050-148 Lisboa
Telef. 21 330 17 00 Fax 21 330 17 07 Metro — S. Sebastião
- Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099-002 Lisboa
Telef. 21 383 58 00 Fax 21 383 58 34
- Rua de D. Filipa de Vilhena, 12 — 1000-136 Lisboa
Telef. 21 781 07 00 Fax 21 781 07 95 Metro — Saldanha
- Rua das Portas de Santo Antão, 2-2/A — 1150-268 Lisboa
Telefs. 21 324 04 07/8 Fax 21 324 04 09 Metro — Rossio
- Loja do Cidadão (Lisboa) Rua de Abranches Ferrão, 10 — 1600-001 Lisboa
Telef. 21 723 13 70 Fax 21 723 13 71 Metro — Laranjeiras
- Avenida de Roma, 1 — 1000-260 Lisboa
Telef. 21 840 10 24 Fax 21 840 09 61
- Praça de Guilherme Gomes Fernandes, 84 — 4050-294 Porto
Telef. 22 339 58 20 Fax 22 339 58 23
- Loja do Cidadão (Porto) Avenida de Fernão Magalhães, 1862 — 4350-158 Porto
Telef. 22 557 19 27 Fax 22 557 19 29